

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

**A Integração Social dos Desalojados da Ilha de Luanda, Caso Distrito
do Zango - Viana**

Francisco António João Pedro

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Estudos Africanos

Orientador:

Professor Doutor Jorge Manuel Ferreira, Professor Auxiliar,
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Coorientador(a):

Professora Doutora, Ana Lúcia de Sá, Professora Auxiliar,
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2018

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

**A Integração Social dos Desalojados da Ilha de Luanda, Caso Distrito
do Zango - Viana**

Francisco António João Pedro

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Estudos Africanos

Orientador:

Professor Doutor Jorge Manuel Ferreira, Professor Auxiliar,
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Coorientador(a):

Professora Doutora, Ana Lúcia de Sá, Professora Auxiliar,
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2018

Setembro,

A Integração Social dos Desalojados da Ilha de Luanda,
Caso Distrito do Zango - Viana

Francisco António João Pedro

Setembro, 2018

A Integração Social dos Desalojados da Ilha de Luanda, Caso Distrito
do Zango - Viana

AGRADECIMENTOS

Ao ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Coordenação do Curso de Mestrado em Estudos Africanos, pela grande oportunidade que concedeu-me em frequentar este curso e poder vivenciar outras experiências;

Ao Prof. Doutor Jorge Manuel Ferreira, pela sua total disponibilidade e empenho na orientação deste trabalho. Obrigado pelas horas de paciência, pelo carinho, pelo incentivo, pela dedicação e coragem, valorizando cada etapa deste trabalho.

À Professora Doutora Ana Lúcia de Sá, pela paciência e por esta grande oportunidade em aceitar coorientar este trabalho, mostrando-se sempre disponível em apoiar-me nesta caminhada, mesmo diante de grandes dificuldades, o meu muito obrigado, que este trabalho possa de facto honrar o Vosso apoio.

A todos os Professores que ao longo desta caminhada, contribuíram com o seu saber, dando-nos orientações em busca do desenvolvimento científico.

Aos desalojados e coordenadores das comissões de moradores dos sectores A1, A2, B e C do Zango, pela disponibilidade na partilha da informação e vivências destes longos anos em tendas e casebres de chapas, que mantenham acesa a luz da esperança e que amanhã o sol há-de raiar para cada um vós.

Agradeço a Deus, pelo fim de mais essa etapa, pelos sonhos que se concretizaram. Porque dele, e por meio dele, e para ele são todas as coisas.

A minha esposa e companheira Luzia, que sempre acreditou e sempre apoio-me, buscando compreender as minhas ideias e escolhas, principalmente quando nem eu mais acreditava.

Aos meus filhos, Braulio, Jó, Francisca e Agostinho; ao meu sobrinho José Pinto, por acreditarem sempre que este dia chegaria.

Ao grande amigo Simões Gomes, pela partilha, pela convivência e amadurecimento de ideias na tomada de decisão para a realização deste mestrado;

A todos o meu muito obrigado!

RESUMO

A estabilidade política e social de Angola tem desencadeado um aumento do número de projetos em infraestruturas, que levam ao desalojamento de populações que, sem voz, são levadas para outros lugares por processos de realojamentos forçados, transformados em deslocados internos, em pleno período de paz e estabilidade política. Os bairros de realojamento surgem como resposta à necessidade social e política de erradicar os bairros degradados que limitam a fronteira do asfalto entre a zona urbana e peri-urbana, ou ainda, o interior do urbano. No domínio social a preocupação centra-se nas condições básicas de vida da população realojada, mormente o acesso aos serviços sociais básicos e dos processos de desintegração que marcaram o seu quotidiano. No domínio político acrescem a estas preocupações a necessidade de reabilitação dos centros urbanos. Pretende-se com este trabalho abordar o processo de integração social dos desalojados da Ilha no distrito do Zango, comuna do Calumbo, município de Viana.

O objetivo geral do estudo consistiu em analisarmos o processo de integração social das famílias desalojadas da Ilha de Luanda e transferidas para o Distrito do Zango¹, município de Viana no período de 2009 a 2012. Este estudo incorporou vários procedimentos teóricos e metodológicos. Realizamos a pesquisa e análise documental de diversos autores considerados na área de investigação. Incidiu na abordagem qualitativa, sendo que a técnica utilizada na recolha de dados foi a entrevista semiestruturada, orientada por um guião. Aplicou-se a análise de conteúdo, a qual foi organizada em categorias, assentando no cruzamento dos elementos teóricos com os elementos empíricos, de acordo com os objetivos definidos na pesquisa.

Concluimos que o processo de desalojamento e realojamento das populações da ilha não acompanhou os pressupostos legais e verificamos haver um retrocesso na vida das famílias e falta de serviços sociais básicos que lhes assegurem uma melhor integração social.

Palavras-chave: Integração Social, Desalojamento, Realojamento, Exclusão Social e Habitação

¹ Zango – Língua Kimbundu significa “problema”.

ABSTRACT

The political and social stability in Angola has led to an increase in the number of infrastructure projects that lead to the displacement of populations who are displaced and forced and relocated, turned into people without voice and protection, in the middle of a period of peace and political stability. Re-housing districts arise in response to the social and political need to eradicate dishonored neighborhoods that limit the boundary between the urban and non-urban areas, or the urban interior. In the social domain, the concern is centered on the basic living conditions of the household population, especially access to basic social services and the processes of disintegration that marked their daily lives. In the policy area, the need to rehabilitate urban centers is compounded by these concerns. This work intends to address the process of social integration of the displaced people of the Island in the district of Zango, commune of Calumbo, municipality of Viana.

The general objective of the study was to analyze the process of social integration of displaced families from Luanda Island and transferred to the District of Zango, municipality of Viana from 2009 to 2012. This study incorporated several theoretical and methodological procedures. We conduct the research and documentary analysis of several authors considered in the research area. Focused on the qualitative approach, and the technique used in the data collection was the semi-structured interview, guided by a script. The content analysis was applied, which was organized into categories, based on the intersection of the theoretical elements with the empirical elements, according to the objectives defined in the research.

We conclude that the process of displacement and resettlement of the island's population did not follow the legal conditions and there was a setback in the lives of families and lack of basic social services that ensure a better social integration.

Keywords: Social Integration, Homelessness, Social Exclusion and Housing

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	i
RESUMO	ii
ABSTRACT	iii
ÍNDICE.....	iv
ÍNDICE DE QUADROS.....	vi
ÍNDICE DE FIGURAS	vi
SIGLAS.....	vii
INTRODUÇÃO	1
Capítulo I – CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO DE LUANDA	1
1. Caracterização de Luanda e das regiões contíguas.....	1
2. A Guerra como factor de êxodo rural em Angola	2
3. Projeto de desenvolvimento	4
4. Política de Habitação em Angola: Uma Política Social	5
Capítulo II – DO DESALOJAMENTO À REQUALIFICAÇÃO E HABITAÇÃO EM LUANDA.....	8
1. O desalojamento em Luanda: resumo	8
a) Risco do reassentamento	9
2. O desalojamento da Ilha	10
3. Realojamento	11
4. Programa Nacional de Urbanismo e Habitação	11
5. A Integração Social e Exclusão Social	13
1. Campo empírico	16
2. Tipo e Natureza da Pesquisa	16
3. Universo e Amostra	17
4. Técnicas de Recolha de dados e tratamento de dados.....	18
Capítulo IV – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS.....	20
1. Desalojamento – Trajetória Ilha – Zango	20
2. Assentamento/Realojamento	21

3. Integração social e Estratégia de sobrevivência no Zango – Formas de organização e intervenção.....	23
4. Expectativa e atitudes face ao realojamento.....	24
CONCLUSÕES.....	1
BIBLIOGRAFIA.....	1
FONTES.....	3
ANEXOS	I
A. Guião de Entrevista.....	I
B. Fotos de casas actuais dos desalojados	V
C. Mapa Administrativo de Luanda.....	VII
D. GRELHA DE ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS	VIII

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1.3 – Caracterização Socio demográfica dos Participantes.....	21
--	----

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.1. Mapa da Nova Divisão Administrativa de Luanda.....	5
Figura 1.2. Demolição de residência na Ilha de Luanda.....	14
Figura 4.1. Localização Geográfica – Ilha/Viana (Zango).....	21
Figura 4.2. Residência de três famílias desalojadas (Zango).....	25
Figura 4.3. Residência de uma família desalojada (Zango).....	26
Figura 4.4. Recauchutagem – Fonte sustento de famílias desalojadas (Zango).....	26
Figura 4.5. Casa de Lubrificante – Fonte de sustento de famílias desalojadas (Zango).....	26

SIGLAS

ELP	:	Estratégia de Longo Prazo
FONGA	:	Fórum das Organizações Não Governamentais de Angola
GPL	:	Governo da Província de Luanda
INE	:	Instituto Nacional de Estatística
MPLA	:	Movimento Popular de Libertação de Angola
PDN	:	Programa Nacional de Desenvolvimento
PIDESC	:	Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais
PNUH	:	Programa Nacional do Urbanismo e Habitação
REDE – DESC	:	Rede Proteção e Defesa dos Direitos Económicos Sociais e Culturais
UNITA	:	União para Independência Total de Angola
BM	:	Banco Mundial
AI	:	Amnistia Internacional

INTRODUÇÃO

A presente dissertação no âmbito do Mestrado em Estudos Africanos, cujo tema de pesquisa é o processo de Integração Social dos Desalojados da Ilha no distrito do Zango, comuna do Calumbo, município de Viana. A pertinência do tema resultou das experiências vividas enquanto membro da equipa de Projeto, ligado à Rede de Promoção e Proteção dos Direitos Económicos Sociais e Culturais de Angola (REDE DESC), afeta ao Fórum das Organizações Não Governamentais de Angola (FONGA) e também pela formação em Serviço Social, que é uma profissão de carácter interventivo que atua na realidade social, tendo como princípios norteadores a defesa dos direitos humanos e sociais; posicionamento a favor da justiça social e equidade; democratização do acesso aos bens e serviços relativos às políticas públicas e sociais e compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população. A Investigação é de grande relevância, na medida que proporcionará à sociedade elementos fundamentais que, se levados em consideração, ajudarão melhor a organizar o processo de desalojamento, transferência, reassentamento e instalação de famílias a serem desalojadas, quer na província de Luanda, quer nas demais províncias de Angola. Tornou-se também relevante esta investigação porque analisa a Política Pública voltada à integração de grupos e comunidades, verificando e examinando leis e projetos que foram, ou não, implementados em benefício das famílias.

A presente investigação procura responder as seguintes perguntas: como decorreu o processo de desalojamento e realojamento das famílias da Ilha de Luanda, distrito da Ingombota? Será que o desalojamento teve em conta as normas internacionais do PIDESC (Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais) sobre os desalojamentos forçados na qual Angola é parte? Estabeleceu-se um diálogo com as famílias desalojadas e foram estudadas alternativas, tendo em conta as suas atividades económicas?

Os objetivos de uma investigação determinam o que o investigador pretende alcançar com a realização do trabalho de pesquisa (Almeida, 1998 and Vilelas, 2009: 77). O objetivo é sinonimo de meta e fim. Deste modo esta pesquisa teve como objetivo geral: estudar o processo de integração social das famílias desalojadas da Ilha de Luanda e transferidas para o Distrito do Zango, município de Viana no período de 2009 a 2012. E como objetivos específicos: (1) caracterizar o processo de desalojamento e transferência das populações da Ilha de Luanda, distrito das Ingombota para o Distrito do Zango, município de Viana; (2) sistematizar as diferentes etapas da transferência das famílias desalojadas da Ilha para o Zango; (3) Analisar o processo de instalação e reassentamento das famílias desalojadas, assim como a política de indenização por desalojamento; e (4) caracterizar os processos de integração das famílias desalojadas e seus processos de reassentamento em novas áreas.

Esta pesquisa está estruturada em quatro capítulos, o primeiro faz referência ao contexto socio - político de Luanda e um breve enquadramento teórico sobre alguns conceitos fundamentais, através de teorias e correntes teóricas, bem como as suas dimensões e ligações entre vários conceitos, de forma a sustentar o tema. Dentre os aspetos a serem abordados neste capítulo destacam-se os seguintes: (1) caracterização de Luanda e das regiões contíguas; (2) A Guerra como fator de êxodo rural em Angola; (3) Projeto de desenvolvimento; (4) Política de realojamento e Habitação Social; e (5) Política de Habitação em Angola: Uma Política Social.

O Segundo capítulo apresenta uma forte abordagem teórica sobre o desalojamento, que na perspectiva de Fortin (2000: 93) “é uma generalização abstrata que situa o estudo no interior de um contexto e lhe dá uma significação particular, isto é, uma forma de perceber o fenómeno em estudo”. Aqui serão definidos e caracterizados: (1) o processo histórico do desalojamento em Luanda; (2) O desalojamento da Ilha; (3) Programa Nacional de Urbanismo e Habitação; (4) Requalificação da Baía de Luanda e Vias estruturantes; e (5) a Integração Social e Exclusão Social.

O terceiro capítulo refere a metodologia de pesquisa, descrevendo os métodos e as técnicas de investigação utilizadas na pesquisa. Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, pois que, segundo Vilelas (2009: 105) os estudos qualitativos consideram que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito, que não pode ser traduzido em números. Relativamente ao campo empírico trata-se do campo de reassentamento dos desalojados da Ilha, cita no distrito do Zango, município de Viana. O último capítulo da presente pesquisa, faz referência a análise e interpretação de dados. Neste particular é possível confrontar e compreender, resultados obtidos em função dos dados recolhidos, associando os elementos da fundamentação teórica. Outrossim, serão ainda apresentados os resultados obtidos de acordo as diferentes categorias de análise: a) Desalojamento - Trajetória – Ilha e zango; b) Assentamento/Realojamento; c) Integração Social - Estratégia de sobrevivência e Formas; e) Expectativas e atitudes face ao realojamento.

Segundo Guerra (2006) apud Matos (2006: p203-210), o confronto entre o quadro teórico e a informação recolhida permite interpretar os vários discursos dos entrevistados, as suas ideias, opiniões e fazer interferências pela identificação das características específicas de uma mensagem, deste modo, na conclusão surgem as principais ideias retidas com o estudo, através da confrontação dos resultados com os objetivos definidos para a pesquisa.

Terminamos a dissertação com a apresentação das conclusões, perspectivas e possíveis cenários ante a realidade social observada e a bibliografia utilizada.

Capítulo I – CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO DE LUANDA

A história das cidades diz muito sobre seus habitantes e cultura. Entender fenômenos complexos do espaço urbano contemporâneo passa necessariamente, por uma compreensão alargada do seu contexto histórico e político.

1. Caracterização de Luanda e das regiões contíguas

Luanda tem sido terreno de uma série de projetos urbanísticos e operações de profundas mudanças. Os vultuosos investimentos, nacionais ou/e em parcerias internacionais privados e institucionais, particularmente na área da construção civil e das telecomunicações, fazem da cidade e do município uma metrópole em crescimento acelerado, com sofisticados edifícios residenciais e de escritórios que coabitam com a cidade colonial e com enormes musseques carecidos ainda de condições básicas de fornecimento de água e saneamento, num total fosso entre o luxo e lixo. Fundada em 1575, a capital angolana está localizada na zona ocidental norte de Angola, sendo banhada a oeste pelo Oceano Atlântico e fazendo fronteira terrestre a Norte com a Província do Bengo, a Oeste com a Província do Cuanza Norte e a Sul e Sudoeste com a Província do Cuanza Sul. Trata-se da segunda menor Província de Angola, com uma extensão territorial de 18.826 Km², o que representa 1,51% da extensão do território nacional. Conta com uma localização geográfica privilegiada, usufruindo de uma baía e de uma restinga, a Ilha de Luanda, que se estende por mais de 14 Km de praias, permitindo boas acessibilidades, tanto por terra como por mar. Conforme o Decreto-Lei nº 18/2016² de 17 de Outubro de 2016, a província de Luanda conta com 9 municípios (Cazenga, Belas, Cacucaco, Icolo e Bengo, Viana, Talatona, Quiçama, Kilamba Kiaxi e Luanda), 41 distritos e 14 comunas. Em termos de dimensões geográficas, o município da Quiçama é o maior, enquanto com menor dimensão é o Cazenga. (ver anexo III – mapa administrativo de Luanda).

² Lei n.º 18/16. Nova Divisão Político-administrativo da Província de Luanda. (17 de Outubro de 2016). [I Série – N.º 173]. Luanda: Imprensa Nacional.

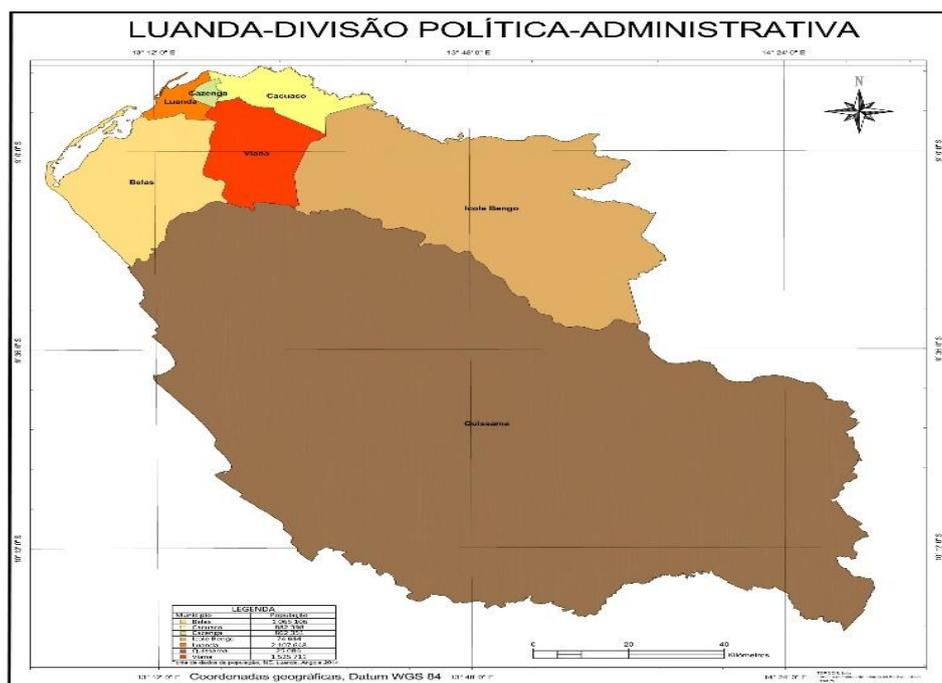


Figura 1.1. Mapa da Nova Divisão Administrativa da província de Luanda (www.mapastopogis-ao.com)

De acordo com os Resultados Definitivos do Censo 2014, a província de Luanda é a mais populosa de Angola com 6 945 386 pessoas, o que representa pouco mais de um quarto (27%) da população do País. Residem na área urbana 63% da população e na área rural 37%. (INE: Relatório do Censo: 2014).

Segundo o Governo Provincial de Luanda (2015), no sentido de elevar os níveis de condições de vida da população, é necessário a reabilitação e modernização do centro da cidade, e sua expansão, rumo a novos eixos, com objectivo de lhe conferir um enquadramento urbanístico de qualidade.

2. A Guerra como factor de êxodo rural em Angola

Desde a data da Independência 1975 até 2002, Angola viveu durante muito tempo, períodos conturbados de guerra, caracterizada por três momentos (guerra pós independência – 1975 à 1991 entre o MPLA e UNITA, principais beligerantes e o envolvimento de forças externa – Cuba e África do Sul; - Guerra pós eleitoral de 1992 a 1994 e - 1998 a 2002.

O primeiro período é caracterizado por um regime de partido único moldado na base da teoria marxista – leninista, o que provocou uma forte luta de resistência perpetrada pela UNITA.

A independência de Angola, tal como foi conquistada, não podia ser aquele ponto de viragem substancial para a liberdade e desenvolvimento sócio-político-económico e cultural que todos os angolanos sonhavam. O país estava, praticamente, condenado a

precipitar-se, perigosa e vertiginosamente, para os abismos da ruína total e isto por duas razões principais: a política marxista-leninista assumida e encarnada pelo MPLA e a guerra de guerrilha levada a cabo pela UNITA, incentivada e nutrida pelos Estados Unidos de América e pela África do Sul, contra tal política. (Imbanda, José: 2003; p:92).

Com a assinatura dos acordos de Bicesse em 1991, Angola viveu um período de paz e são realizadas as primeiras eleições legislativas sob os auspícios das Nações Unidas. Durante esse período foi elaborada a segunda Lei Constitucional de Angola que garantia a entrada de Angola na economia de mercado, criava as condições para a instauração de um regime multipartidário assim como o alargamento dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos dos quais interessa destacar os direitos políticos. O segundo período da guerra é resultado das eleições de 1992, em que o MPLA obteve (53,74%) de votos e a UNITA (34,10%), resultados estes que foram rejeitados pela UNITA, e fizeram com que o país emergisse numa outra guerra que se arrastou até abril de 2002, altura em que foram assinados os Acordos Paz ou Memorando de Entendimento do Luena. Referir que neste período de 1992-2002, viveu-se momentos de estabilidade e instabilidade política, com a assinatura do Protocolo de Lusaka em 1994 e, 1998 altura que reiniciou o conflito armado, aquando da extensão da Administração do Estado Angola em todo território nacional, inclusive as zonas sob controlo da UNITA.

A situação de guerra nos seus variados períodos, fez com que um considerável número de angolanos abandonasse as suas zonas de origem buscando zonas mais seguras, tornando-se assim em deslocados internos. (Imbanda, José: 2003).

O fluxo migratório que Angola registou no período em referência, provocou problemas sociais, pois grande parte das cidades, quiçá mesmo todas, não estavam preparadas para tal fenómeno. Um dos grandes problemas é o desemprego, que embora seja revelante não iremos aprofundar por não ser objeto deste estudo. Como é consabido o êxodo rural descontrolado causa em grande medida outros problemas sociais na cidade, caracterizado pelo aumento em grandes proporções da população em zonas urbanas e peri-urbanas, (musseques) com escassez de serviços básicos, devido à construção desordenada e falta de política de ordenamento de território (Carvalho: 2008, p.81).

A cidade de Luanda durante este período acolheu vários migrantes, que procuraram fugir da guerra. Estes a exemplos de outros, instalados em outras cidades foram integrando-se na nova sociedade, através de construção de residências, sem no entanto, terem sido observadas as medidas necessárias no âmbito de um plano de emergência por parte das autoridades para responder a este problema social. Desde então, esta província começou a enfrentar problemas de superpovoação, bairros periféricos, habitações precárias e de risco, agravados pela incapacidade governamental em engendrar uma rigorosa política de urbanização. Outrossim, o mercado formal não tinha e aliás “nunca” teve a capacidade para

absorver a mão-de-obra. Por estes factores, o ciclo da pobreza urbana aumentou e a exclusão tornou-se um facto.

Durante quase 30 anos de guerra a cidade cresceu de um meio milhão de habitantes para um estimado número de 4 milhões. A ausência de uma lei apropriada, de instituições do estado para aplicá-la e de um sistema judicial funcional criou um ambiente de muita insegurança sobre o uso da terra urbana e muitos conflitos. Na ausência de um regulamento sobre a nova lei, o vazio vai criar mais espaço ainda para que pessoas influentes possam ocupar terrenos sem que violem qualquer direito escrito ou costumeiro. Consequentemente os conflitos de terra rural e urbana aumentaram significativamente (SOS habitat: 2014.p 4)

3. Projeto de desenvolvimento

O desenvolvimento económico a que temos assistido nas últimas décadas está assente numa ótica de construção de novas infraestruturas que possam fazer face às necessidades crescentes de uma população cada vez maior. Em contrapartida, o desenvolvimento de infraestruturas necessita muitas vezes de terreno ou de outros bens que são propriedades de particulares (Banco Mundial, 2004: xvii). Os Projetos de desenvolvimento que deslocam gente involuntariamente geralmente causam graves problemas económicos, sociais e ambientais; os sistemas de produção são desmantelados, os bens produtivos e fontes de renda são perdidos; as pessoas são mudadas para ambientes onde as suas habilidades de produção podem ser menos aplicáveis e a competição pelos recursos pode ser maior; as estruturas comunitárias e as redes sociais são enfraquecidas; os grupos de parentesco são dispersos; e a identidade cultural, a autoridade tradicional e o potencial de assistência mútua são reduzidos.

O Banco Mundial através da sua Política Operacional estabelece mecanismos a seguir, quando não for possível evitar o reassentamento involuntário. Dentre as medidas estabelecidas, deve-se ter em conta o seguinte:

- (1) Informar as pessoas afetadas sobre as suas opções e direitos relacionados ao reassentamento;
- (2) Consulta sobre o respetivo reassentamento, oferecendo opções e providas com alternativas para o reassentamento que sejam técnica e economicamente viáveis;
- (3) Se os impactos incluírem a nova fixação física, o plano de reassentamento inclui medidas de garantir que as pessoas desalojadas deverão receber:
 - a) Habitação residencial ou locais para habitação, ou, conforme seja necessário (...)
 - b) Receber assistência durante o reassentamento;
 - c) Informações pontuais e relevantes, consultas sobre as opções de reassentamento, e oportunidade para participar no planeamento, execução e

monitoramento do reassentamento sejam oferecidas às pessoas deslocadas e suas comunidades, e quaisquer comunidades que estejam a acolhe-las.

- d) Sejam criados mecanismos de reclamação apropriado e acessíveis para estes grupos.
- e) Nos novos locais de reassentamento ou nas comunidades acolhedoras, sejam fornecidas infraestruturas e serviços públicos, conforme necessário, para melhorar, restaurar ou manter o grau de acesso e níveis de serviço aos deslocados e comunidades acolhedoras;
- f) Recursos alternativos ou idênticos sejam fornecidos para compensar a perda de acesso aos recursos comunitários.

A terminologia reassentamento na perspectiva do Banco Mundial designa as perdas sociais e económicas resultantes da perda ou restrição ao uso da terra, assim como as consequentes medidas de compensação e mitigação (Banco Mundial, 2004:5). O termo tem um significado abrangente, englobando não só o desalojamento e o realojamento das populações, como todas as soluções que permitam a reestruturação destas populações, em termos sociais e económicos. Estes desalojamentos podem dever-se a diversas situações como guerra, catástrofes naturais ou projetos de desenvolvimento.

4. Política de Habitação em Angola: Uma Política Social

As políticas de habitação têm sido caracterizadas por uma constante dinâmica na qual se colocam em prática, para além de outras medidas, diversos programas de apoio à habitação social. Ao considerarmos a política habitacional como política social, uma das consequências imediata é assumir que a habitação é um dos direitos inerente à condição humana e de cidadania, pois a plena participação dos indivíduos na sociedade política se realiza a partir de sua inserção como cidadão, e isso dá-se porque as políticas sociais se estruturam em diferentes formatos ou modalidades políticas e institucionais que asseguram o acesso a um conjunto de benefícios para os cidadãos. O fim da guerra e assinatura do cessar-fogo em Abril de 2002 levou o governo angolano, através do Conselho de Ministros a implementar medidas para o fomento habitacional³, proporcionando a entrada de novos investidores no país, aumentando assim os investimentos imobiliários, sobretudo na construção de novas centralidades e condomínios fechados com fins comerciais, surgimento de zonas económicas especiais, construções de casas sociais e abertura de novas

³ Resolução nº 60/06 de 4 de Setembro – Política do Governo para o Fomento Habitacional

estradas, dando aso a uma conseqüente pressão sobre as terras urbanas, peri urbanas e rurais.

A política habitacional propõe a criação de novos espaços habitacionais, como resposta às necessidades do mercado habitacional, fundamentando que a escassez da oferta de habitação condigna e economicamente acessível para a maioria da população angolana, associada a pressão demográfica, nos principais centros urbanos do País, resultou na profunda degradação das condições de habitabilidade das cidades. Outrossim, a política refere que criar novos espaços urbanos para o reassentamento populacional, com base em processos de planeamento e (re) ordenamento urbanístico e territorial, deve constituir condições de base ao processo de desenvolvimento económico e social de Angola. A par disso o Governo de Angola criou em 2012 o Plano de Desenvolvimento 2013-2017 que comporta vários eixos e Programas. No seu eixo de Urbanismo, apresenta como objetivo geral aprovar a requalificação, reabilitação e valorização dos Centros Urbanos e Rurais, possibilitando a fixação ordenada das populações, bem como a dinamização e interação dos espaços. Em termos de objetivos específicos dentre outros destacam-se: a) assegurar o planeamento e controlo do uso e ocupação dos solos da zona costeira; b) dinamizar a implementação dos Programas de Requalificação urbana e Requalificação das Reservas Fundiárias. Surge assim neste âmbito, o Programa de Investimento em Infraestruturas Integradas, Programa de Construção de Novos Corredores Rodoviários; c) Programa Nacional do Urbanismo e d) Programa de Execução de Grandes Obras de Engenharia; Programa de Ordenamento do Território⁴.

A materialização desta política, traduzida em Programas e Projetos tem resultado nas expropriações de terras urbanas, periurbanas e rurais, provocando uma onda de demolições, deixando milhares de pessoas sem alojamento e em outros casos, sem qualquer tipo de apoio.

O Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022 é um sistema de planeamento em vigor em Angola, que na sequência do Plano de Desenvolvimento 2013-2017 visa a promoção do desenvolvimento social, económico e territorial do País. As orientações estratégicas deste plano baseiam-se nos compromissos/objetivos do partido político que sustenta o governo- MPLA. Estes objetivos refletem os grandes consensos nacionais sobre o presente e o futuro de Angola.

Estrategicamente o PDN assenta em 6 (seis) eixos de intervenção e 25 (vinte e cinco) Políticas Estratégicas, descrito do seguinte modo: a) Desenvolvimento Humano e Bem-estar; b) Desenvolvimento Económico Sustentável e Inclusivo; c) Infraestruturas necessárias ao Desenvolvimento; d) Consolidação da Paz, Reforço do Estado Democrático e de Direito,

⁴ PND – Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento do Território de Angola; 2012

Boa Governação, Reforma do Estado e Descentralização; e) Desenvolvimento Harmonioso do Território; f) Garantia de Estabilidade e Integridade Territorial.

O primeiro eixo integra quatro políticas: População; Educação e Ensino Superior; Desenvolvimento dos Recursos Humanos; Saúde; Assistência e Proteção Social; Habitação; Cultura; Desporto. No que concerne a habitação, o PDN considera que o acesso à habitação constitui um direito fundamental e um elemento de qualidade de vida para todos, pelo que o executivo prosseguirá os esforços para melhorar o acesso dos cidadãos à habitação e uma melhor qualidade de vida.

Capítulo II – DO DESALOJAMENTO À REQUALIFICAÇÃO E HABITAÇÃO EM LUANDA

1. O desalojamento em Luanda: resumo

A Observação-Geral nº 7 (1997) das Nações Unidas define “o desalojamento forçado como a saída permanente ou temporária de indivíduos, agregados familiares ou comunidades das suas casas ou terras, contra a sua vontade, sem acesso a formas de proteção ou dispositivos legais adequados ou qualquer outra forma de proteção”.

O Banco Mundial utiliza a terminologia reassentamento para designar as perdas sociais e económicas resultantes da perda ou restrição ao uso da terra, assim como as consequentes medidas de compensação e mitigação (Banco Mundial, 2004:5).

Em Angola, o desalojamento manifesta-se fundamentalmente em populações subalternizadas ou aquelas que pouco ou nada tem em termos de recursos, e deixam para trás patrimónios materiais e imateriais presentes nos locais onde moravam. (AI, 2010).

A rotura de trajetórias de vida e de laços sociais tecidos ao longo de décadas, fragilidades das redes familiares, instabilidade no mercado de trabalho, o estresse social e perdas culturais e simbólicas impõem custos enormes aos desalojados e enquadram-se nas consequências dos desalojamentos.

Dados ao nosso dispor, apontam que o desalojamento forçado, através de projetos de desenvolvimentos e/ou catástrofe natural em Luanda, ocorreram com maior incidência, entre Junho e Setembro de 2001, na qual 4.000 famílias que moravam nas montanhas da Boavista⁵ foram expulsas pela força de forma violenta, transferidas para Zango e Terra Nova no município de Viana, onde moraram em tendas por vários anos. Segundo dados da Administração Municipal de Viana, 3.500 famílias foram realojadas em novos projetos habitacionais do Zango em 2003. (AI- relatório sobre demolições em Luanda: 2010). De acordo a mesma organização (AI), de 2002 a 2006, 3 mil casas foram destruídas e 20 mil pessoas desalojadas em Angola. O uso da violência, a falta de informação e transparência por parte das administrações, a falta de consulta aos desalojados, a não discussão das indemnizações e as reinstalações em locais distantes de seus trabalhos, escolas e fontes de renda, são característicos dos processos dos desalojamentos que ocorrem em Angola.

De 2009 a 2010, verificou-se o desalojamento de famílias que residiam em zonas dos distritos do Kilamba xiáxi (município de Belas), Viana, Cacuaco e Ingombata com grande ênfase para os da Ilha de Luanda; Janeiro de 2014 mais famílias foram desalojadas e transferidas da Ilha de Luanda para o Município da Quiçama na margem do rio Kuanza,

⁵ Boavista: Bairro peri – urbano da cidade de Luanda, próximo ao porto, zonas de combustível da Sonangol e estação de comboio do Bungo.

numa comunidade chamada “Ilha Dourada”, fronteira com a localidade da Cabala, Município do Icolo e Bengo, em condições impróprias, longe de escolas e locais de trabalho, sem serviços como saneamento e outros.

a) Risco do reassentamento

Apesar dos estudos que têm sido realizados sobre o impacto social dos reassentamentos, continuam a repetir-se muitos erros identificados, com resultados dramáticos nas vivências sociais das populações deslocadas. A maioria dos reassentados não consegue melhorar, nem tão pouco restituir, as estratégias de sobrevivência. (Cernea 1999:9 apud Pedro 2011, p. 7).

Cernea (1999:17-18) apud Pedro (2011, p. 7) identifica oito riscos a evitar durante o reassentamento, por conduzirem ao empobrecimento das populações:

- Risco de ficar sem terra – A expropriação de terra remove a base dos sistemas produtivos e dos quotidianos construídos. Esta é a principal forma de descapitalização e de empobrecimento da maioria das populações rurais e algumas urbanas, que perdem desta forma quer o capital natural, quer aquele que foi por si construído;
- Risco de perda de habitação – Para a maioria dos reassentados esta perda é temporária pois são assentados noutras locais, no entanto este risco pode tornar-se crónico para alguns segmentos mais vulneráveis que possam não estar englobados nos planos de reassentamento;
- Risco de perda de emprego – O desemprego resultante dos reassentamentos tende a estender-se para lá deste processo;
- Risco de marginalização – Esta marginalização ocorre quando as famílias perdem poder económico;
- Risco de insegurança alimentar – O reassentamento forçado aumenta o risco de insegurança alimentar crónica, definida como ingestão de uma taxa de proteína e calorias abaixo do nível mínimo para um crescimento normal;
- Risco de aumento da mortalidade – A saúde dos reassentados tende a deteriorar-se, quer por doenças provenientes de germes e vírus, quer pela má nutrição, e ainda pelo aumento do estresse e traumas psicológicos. Este risco é maior para o segmento das populações mais vulneráveis, nomeadamente crianças e idosos;
- Risco de perda de acesso a recursos comuns – A perda de acesso a recursos comuns (florestas, corpos de água, terras de pastos, etc) é igualmente compensada abaixo do seu valor real;

- Risco de desarticulação social – A dispersão da comunidade significa o desmantelamento de estrutura de organização social e da rede de ajuda mútua. Esta perda é muito difícil de quantificar.

Estes riscos podem ser mitigados e evitados. Todavia é também importante garantir que a atribuição dos custos seja real e suficiente para que o reassentamento seja bem-sucedido (Cernea, 1999: 19 apud Pedro 2011, p. 7).

Wet (2006:3) apud (Pedro 2011, p. 7) defende que um processo de reassentamento feito apenas com o objetivo de mitigar estes riscos não será suficiente para responder de forma justa à dimensão cultural, que é complexa e multidimensional.

2. O desalojamento da Ilha

A mobilidade e o saneamento ineficiente, além da precarização dos serviços públicos, são observáveis em toda cidade de Luanda. Na tentativa de reduzir esse problema foram criados programas de melhoria de vias de acesso e saneamento, a fim de assegurar a melhoria da mobilidade urbana. Para que esse programa fosse implementado realizaram-se desalojamento e reassentamento involuntário, que alteraram o quotidiano da vida das pessoas. Tal facto ocorreu com as poluições da Ilha de Luanda, bairro Benfica, sector Lelo, que em Abril de 2009, viram suas residências demolidas por ordem do Governo Provincial de Luanda, na pessoa da antiga Governadora.

Segundo a coordenação do Bairro, embora houvesse um cadastramento inicial dos moradores da zona, sobre a necessidade de transferência para a zona do Zango devido a requalificação da área (Projecto de construção de estrada e saneamento da zona), não houve um plano de reassentamento, as pessoas foram surpreendidas com a chegada das máquinas, acompanhadas por elementos do GPL (Governo Provincial de Luanda), Forças Armadas Angolanas e da Polícia Nacional. Após o processo de demolições, as famílias foram transportadas em caminhões basculantes para a zona do reassentamento (Zango), em condições sub-humanas.



Figura 1.1. Foto que retrata momentos de dasalojamentos na Ilha (Bernardo António coordenado do sector B – Zango)

A construção de estrada a que nos referimos enquadrou-se no programa de requalificação urbana de Luanda. O Banco Mundial considera que o reassentamento involuntário pode causar privações a longo prazo, empobrecimento e danos ao ambiente a menos que medidas apropriadas sejam cuidadosamente planeada e implementada. (Banco Mundial, 2004:5).

3. Realojamento

O vocábulo realojar pode significar alojar de novo, e tem estado quase sempre associado à necessidade de atribuir à famílias vitimadas por catástrofes, à famílias residentes em áreas de risco ou abrangidas em projetos de requalificação, ou ainda a programas de eliminação sistemática de ilhas e à distribuição de fogos pelos seus habitantes. (Freitas, 1994).

O realojamento é um processo que gera roturas com os modos de vida e modelos de apropriação de espaços mais rurais, frequentes nos bairros desfavorecidos. Segundo Nuno Portas (1995) realojar não significa apenas transferir fisicamente as populações das barracas para novos bairros. Estamos a lidar com pessoas inseridas em sistemas sociais estabilizados que vão ser afetadas com a mudança de habitat. Deste modo, precisam de ser devidamente acompanhadas, integradas e promovidas segundo processos e metodologias adequadas, caso contrário, segundo esse autor, os atores do realojamento arriscariam a criar problemas sociais de difícil solução no futuro.

4. Programa Nacional de Urbanismo e Habitação

A habitação, num sentido lato, ultrapassa meramente a sua função de abrigo e adquire outras características como um lugar de constituição de vida. A habitação, conforme é

pretendida pela maior parte dos indivíduos deve obedecer a determinados parâmetros considerados mínimos: Privacidade adequada; espaço adequado; acessibilidade física; segurança adequada; estabilidade estrutural e durabilidade; iluminação; infraestruturas básicas adequadas, tais como água canalizada, instalações sanitárias e de tratamento de resíduos; qualidade ambiental adequada e factores relacionados com a saúde; e uma localização e acessibilidade adequadas. (Observatório dos direitos humanos, 2013: 3 apud Fernandes, 2015: 20). Todos os autores que estudaram e escreveram acerca desta temática concordam com o facto de a habitação reunir um conjunto de condições básicas necessárias ao bem-estar físico, psicológico, social e familiar.

De acordo com Débora Violas, a habitação é um meio essencial para a obtenção de condições de vida essenciais ou para a qualidade de vida. “É um bem complexo, heterogéneo e durável e deve responder a diversas necessidades sociais (Violas, D., 2003: 102; apud Fernandes, 2015: 20)

O Governo angolano através do PDN (2018 – 2022) considera a habitação como um direito fundamental e universal da Humanidade, sendo a política Habitacional central para o bem-estar da população e para o funcionamento eficaz e eficiente dos sectores económicos. A ELP Angola 2025 estabelece a Política de Habitação que conjuga intervenções nos domínios da habitação e dos assentamentos humanos, definindo, como objetivos globais, a “garantia do direito universal à habitação, a qualificação do território e a requalificação, reabilitação e valorização dos centros urbanos e rurais”. Para a concretização destes desígnios, estabelece os seguintes objetivos específicos:

- Acesso das famílias a condições habitacionais adequadas, para que possam usufruir de uma vida condigna e segura;
- Satisfazer as necessidades de energia elétrica, de água e saneamento básico induzidas pelo processo de reconstrução e desenvolvimento económico e social do País e requeridas pelas necessidades de preservação do ambiente e sustentabilidade dos espaços;
- Fomentar um dinamismo próprio dos centros urbanos e rurais e criar um diálogo saudável e sustentável entre estes.

Em Angola no que respeita a habitação, fala-se em programas, projetos e fundos. Neste sentido, existe o Plano de Expansão Urbana e Infraestrutura; Programa Nacional de Urbanismo e Habitação; Programa Nacional de Melhoramento dos Assentos Precários Urbanos; Programa de Estudos e Capacidades para o Desenvolvimento Sustentável; Fundo Habitacional, Sistema de Ordenamento do Território.

O Programa Nacional do Urbanismo e Habitação (PNUH) em execução desde 2008 tem constituído o principal instrumento estratégico da política habitacional, tendo por base a

Lei do Fomento Habitacional⁶. Este programa apoia-se em três eixos fundamentais, designadamente, o fomento da habitação (através de varias modalidades: habitação social, autoconstrução dirigida, habitação a renda acessível), o desenvolvimento de centralidades e requalificação urbana. Deste modo, o Programa Nacional do Urbanismo e Habitação pode ser entendido como um conjunto de medidas destinada à promoção e a criação de habitação, ao ordenamento do território, a requalificação das cidades e zonas rurais e regularização jurídica do património habitacional do estado, através de ações ao nível central e local. O Ministério do Urbanismo e Habitação é o órgão central que define a política habitacional e previa até final de 2017, a construção de 120.000,00 casas sociais, 44.700,00 casas de renda média e 200 casas por cada município que comporta esta Angola, fazendo um total desta ultima conta de 25.400,00 casas em todo o país. A autoconstrução dirigida constitui 70% do PNUH. A materialização desta política ficou aquém das expectativas, pois a sua elaboração foi relativamente centralizada, com envolvimento reduzido dos órgãos sectoriais e províncias, o que, de alguma forma, dificultou a apropriação por parte dos agentes implementadores⁷.

5. A Integração Social e Exclusão Social

A integração, na aceção literal e lexicográfica do termo, significa o ato, modo ou processo em que partes ou elementos se unem para formar um todo único, inteiro e coerente. No âmbito das ciências sociais, não foge as suas características originais e etimológica de agregação, homogeneização, características estas observadas em sistemas sociais nas partes que compõe ou, ainda nos fenómenos correspondentes entre o individuo e a sociedade.

A integração pode ser vista em duas perspetivas: a) integração sistémica, referente aos processos que vinculam, legitima e criam reciprocidade e hierarquia entre as estruturas e instituições sociais, entre as partes, quaisquer que sejam elas, de um sistema maior ou abrangente. Portanto, fala-se de integração sistémica, quando nos referimos de alguma forma às consciências individuais e que se manifestam nos ajustes e na interdependência funcional das inúmeras dimensões ou instituições que compõem os grupos sociais, criando-lhes ou modificando-lhes a estrutura. b) Integração social aquela que diz respeito à socialização, internalização de crenças, costumes e valores, adaptação, educação, instrução e todo o processo que tenha por finalidade adestrar o individuo para ocupar um

⁶ Lei 3/07, de 3 de Setembro

⁷ Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022: 23.24

lugar dentro de uma estrutura pré-existente- a sociedade – que, em contrapartida, torna-se capaz de lhe oferecer a necessária segurança física, emocional e psicológica para que ele possa viver, trabalhar, reproduzir e desenvolver outras praticas que considere satisfatória e adequada (David Lockwood;1992). Na perspectiva deste autor, falamos de integração social, quando queremos descrever o processo em que o individuo quer por sua própria iniciativa, quer por iniciativa do grupo social que o recebe, é condicionado, educado ou habilitado para tomar parte no todo social.

A Integração Social pressupõe a delegação de poder; os excluídos ou grupos empobrecidos devem ter necessariamente uma participação ativa no funcionamento de grupos sociais. Esta é uma condição básica para se operar a integração. Assim sendo, a integração remete para um conjunto de situações estáveis e consolidadas ao nível das relações de trabalho, familiares e sociais. A sua possibilidade passa pela interação entre quatros sistemas: a) o sistema político-jurídico, que deve operar a integração cívica e politica; b) o sistema económico e territorial, que pressupõe a integração socioeconómica num dado espaço; c) o sistema de proteção social, que proporciona a integração social e o sistema familiar; d) o comunitário e simbólico, que deve realizar a integração familiar e na comunidade mais abrangente.

A integração social, remete-nos a uma abordagem sobre as políticas de combate a pobreza e à exclusão social que é «o processo que caracteriza a passagem das pessoas, famílias ou grupos das situações de exclusão para as de participação social e cidadania e, por outro lado, as instituições a oferecerem a essas pessoas, famílias e grupos oportunidades de iniciar esses processos, disponibilizando-lhes os meios, dando-lhes apoio.» (CIES/I&D, 1998:9; Capucha, 1998).

Segundo Almeida (1993), nas sociedades a integração não é pensável como uma homogeneidade restritivamente decretada ou como uma autodefinição grupal. Nem mesmo, já num sentido mais amplo, como o conjunto de representações, valores e comportamentos que uma dada cultura avalia de forma positiva. A integração é, antes, definível como pluralidade vasta, aberta e mutável de estilos de vida, todos partilhando a cidadania. Isto é, todos eles conservando, aprofundando e exprimindo capacidades de escolha.

A integração social, por sua vez, é um processo dinâmico e multifatorial que supõe que pessoas que se encontrem em diferentes grupos sociais (seja por questões económicas, culturais e religiosas) se reúnam sob um mesmo objetivo ou causa. A palavra integração é muitas vezes utilizada como sinónimo de coesão, unidade, equilíbrio, ajustamento e harmonia. Mas não é sinónimo de homogeneidade na sociedade e na cultura, já que a diferenciação é uma qualidade essencial das relações sociais. A integração social

não apaga as diferenças; antes as coordena e orienta. A relatividade e a mutabilidade do sistema social e cultural levam a que a integração seja um processo sempre em curso e a que, mesmo o seu produto, nunca esteja acabado. (Dominique Schnapper 1991 apud Marc Henry Soulet 2000). Barel (1990) considera a integração, conceito e palavra, é de uma temível e fecunda ambiguidade. Se observarmos a palavra integração podemos referir que dela deriva ações como tomar completo, incorporado e do estado posterior que daí resulta. Assim, segundo o mesmo autor a integração numa primeira abordagem trata-se do processo pelo qual um elemento é tornado apto a ser incorporado a um conjunto existente, admitido por ele como membro legítimo de tudo o que constitui. Numa segunda abordagem, a integração designa precisamente o processo pelo qual uma coleção de elementos se transforma num conjunto, num sistema, numa totalidade, isto é, em algo que tem elementos a sua própria unidade, a sua própria especificidade. (Barel 1990 apud N. Queloz 2000).

A integração na sociedade segundo Dominique Schnapper (1991) é cada vez mais o produto da participação dos indivíduos na ação coletiva, ou, por referência aos indivíduos da sua capacidade em elaborar e prosseguir um projeto. (Dominique Schnapper 1991 apud Marc Henry Soulet 2000).

A exclusão social na perspectiva de (COM, 2003, p. 9) é um processo através do qual certos indivíduos são empurrados para a margem da sociedade e impedidos de nela participarem plenamente em virtude da sua pobreza ou da falta de competências básicas e de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, ou ainda em resultado de discriminação. BARRY (1998) define a exclusão social como uma violação das exigências da justiça social manifestada através de conflitos de oportunidades e associados com a incapacidade de participar efetivamente na política. É um fenómeno distinto da pobreza e da desigualdade económica. Portanto, a exclusão social pode ser definida como múltiplas privações resultantes da falta de oportunidades pessoais, sociais, políticas ou financeiras.

O conceito de exclusão está associado, por oposição ao conceito de integração social. Considerando que a desigualdade é um princípio inerente a qualquer forma de estruturação social, torna-se legítimo esperar diferentes capacidades de articulação e de acumulação de recursos por parte de atores pertencentes a uma dada sociedade. A exclusão surge com a agudização das desigualdades, resultando numa dialética de oposição entre aqueles que efetivamente mobilizam os seus recursos no sentido de uma participação social plena e aqueles que, por falta desses mesmos recursos, se encontram incapacitados para o fazer. A exclusão resulta, então, de uma desarticulação entre as diferentes partes da sociedade e os indivíduos, gerando uma não-participação num conjunto mínimo de benefícios que definem um membro de pleno direito dessa sociedade – inerente a figura dos excluídos- opondo-se claramente à noção de integração social (CIES/CESO I&D, 1998; Capucha, 1998).

Capítulo III – ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Neste capítulo apresentamos a metodologia utilizada, através da caracterização do campo empírico, o universo e amostra deste estudo e as técnicas utilizadas na recolha e tratamento de dados.

1. Campo empírico

O estudo empírico limita-se apenas aos desalojados da Ilha de Luanda, transferidos para o distrito do Zango – município de Viana no período de 2009 à 2012.

O Zango¹ é o primeiro dos cinco zangos, e faz parte do Município de Viana. Surge em 2002 como resposta ao desalojamento das famílias situadas no bairro Boa vista, distrito do Sambizanga, no quadro do Programa de Emergência Habitacional criada pelo Governo de Angola. Hoje é uma referência nacional no âmbito do Programa de realojamento de populações. Dista 40 km da cidade. Logo à entrada deparamo-nos com centralidade da Vila Pacífica, condomínios privados, agências bancárias e supermercados e outros. Mais além, está o mercado informal. Paralelo ao mercado, encontra-se o bairro dos desalojados, onde estão as famílias provenientes da Ilha de Luanda. Apesar do crescimento que apresenta, nos últimos anos, Zango tem sido o berço daquelas populações que por uma outra razão veem as suas residências demolidas, destruídas pelas chuvas, ou ainda como resultado de requalificação da cidade capital.

2. Tipo e Natureza da Pesquisa

Tratou-se de um estudo de caráter descritivo, resgatando fundamentos/evidências para apoiar o tema da pesquisa, a Integração Social dos Desalojados da Ilha de Luanda no Distrito Urbano do Zango, município de Viana. Os estudos descritivos procuram conhecer as características de determinada população/fenómeno, ou estabelecer relações entre variáveis. Servem para aumentar os conhecimentos das características e dimensão do problema, obtendo-se desta maneira uma visão mais completa. Pretendem ainda analisar como se manifesta um fenómeno e os seus componentes e permitem estudar o fenómeno pormenorizadamente através da avaliação de um ou mais atributos. (Vilelas, 2009: 120).

Quanto ao modo de abordagem foi um estudo de natureza qualitativa. O ambiente natural é a fonte direta para a recolha de dados, e o pesquisador é o instrumento-chave (Vilelas, 2009: 105).

Fez-se uma abordagem fenomenológica, enquanto método indutivo desta pesquisa. O método fenomenológico não parte do gizar de uma teoria, mas do mundo conhecido, do qual faz uma análise descritiva com base nas experiências partilhadas (Vilela, 2009: 53).

A fenomenologia exalta a interpretação do mundo que surge intencionalmente à consciência, enfatizando a experiência pura do sujeito. A investigação fenomenológica parte da compreensão do viver, voltada para os significados do perceber, ou seja, para expressões claras sobre as percepções que o sujeito tem daquilo que está a ser investigado (Martins e Bicudo, 1989 apud Vilelas, 2009: 53).

Este método deverá sempre estimular o desenvolvimento do conhecimento e mostrar o caminho para pesquisas futuras.

3. Universo e Amostra

A presente investigação teve como universo as Famílias desalojadas da Ilha de Luanda, bairro Benfica, sector Lelo, reassentadas no Distrito Urbano do Zango, município de Viana no período de 2009 a 2012.

A amostra foi constituída por 12 elementos desalojados e reassentados no Zango, aos quais foi aplicado o guião de entrevista, sendo que quatro (4) coordenadores do comissão de bairro/moradores e quatro (4) homens chefe de famílias e igual número de mulheres com a mesma categoria (chefe) de família. Para a selecção dos participantes, partiu-se de um modelo de amostra intencional e não probabilística. Segundo Vilelas (2009) numa amostra intencional não se escolhem as suas unidades de um modo totalmente arbitrário, designando algumas características para cada unidade, que o investigador considere relevante. Estas amostras são muito uteis e emprega-se frequentemente nos estudos qualitativos, por mais que a probabilidade de generalizar as conclusões, a partir delas, seja em termos de rigor, nula.

As amostras não – probabilísticas são métodos de carácter programático ou intuitivo e são largamente utilizados, pois possibilitam um estudo mais rápido e com menores custos. (Carmo e Ferreira, 1988 apud Vilela, 2009).

A selecção da mostra foi determinada pelos seguintes critérios: a) foram escolhidos indivíduos que na altura do desalojamento se encontravam a residir na Ilha de Luanda, bairro Benfica-Sector Lelo; b) indivíduos reassentados e pertencente a um dos sectores (A1, A2, B e C) da comunidade dos desalojados e que até ao momento do estudo não tenham recebido indemnização, c) indivíduos que tem um agregado familiar e que sejam chefe de família; e d) que tenham manifestado o interesse e disponibilidade em participar do estudo.

Podemos considerar formalmente que para chegar ao grupo referido, foi utilizado o recurso a “informadores-chave” que para efeito desta pesquisa são os coordenadores da comissão de moradores ou comissão de bairro. Estes através das suas relações formais e/ou informais, foram pessoas que tiveram uma relação importante no processo interativo com os nossos entrevistados.

Os dados relativos ao perfil socio demográfico dos entrevistados, podem ser observados no quadro abaixo.

Quadro 1.3 - Caracterização sócio demográfica dos participantes

Sujeito	Idade	Sexo	Est. Civil	Escolaridade	Ocupação	Membros/família
1	42	F	S	Secundário	C. Informal	5
2	54	M	S	Secundário	Professor	7
3	44	M	M	Secundário	Mecânico	6
4	55	M	M	Secundário	Coord.Bairro	6
5	38	F	S	Primário	C.Informal	4
6	44	F	M	Secundário	C. Informal	5
7	52	M	C	Primário	C.Informal	3
8	50	F	M	S/Escolaridade	S/Ocupação	5
9	43	M	M	Primario	S/Ocupação	4
10	37	F	V	Secundário	Zungueira	5
11	52	M	S	Secundário	Pescador	3
12	47	M	M	Primário	Pescador	6

Fonte: Questionário de entrevista

4. Técnicas de Recolha de dados e tratamento de dados

Num primeiro momento realizamos uma pesquisa documental, com recolha de informações, antes do trabalho de campo. As fontes documentais, incluíram literatura académica, artigos, notícias, relatórios de organizações não-governamentais e quadro legislativo sobre a política habitacional em Angola, fontes essas que ajudaram a explorar, sustentar e esclarecer os aspetos teóricos, possibilitando a descoberta de novos argumentos.

O segundo momento tratou-se de trabalho de campo, onde foram efetuados contactos preliminares com potenciais participantes do estudo, aos quais foi apresentado a investigação e os seus objetivos, bem como expostos as razões que levaram o autor do presente trabalho a identifica-los como sujeitos/participantes do estudo, bem como todos os procedimentos de recolha de dados, com ênfase especial dado à confidencialidade, de acordo com as regras da ética. À medida que o trabalho de campo foi realizado com alto grau de visibilidade, não foi possível manter o anonimato dos entrevistados. Muitas das entrevistas individuais foram observadas por familiares ou amigos.

A pesquisa fez emergir aspetos subjetivos e motivações não explícitas, ou mesmo não conscientes, de forma espontânea. Os dados foram recolhidos por meio de 12 (Doze) entrevista em profundidade e (2) grupos focais (grupo de discussão), durante os meses de junho e julho de 2018, pois as pessoas estavam apenas disponíveis aos sábados. Portanto este aspeto contribuiu bastante na limitação de tempo desta pesquisa.

A entrevista em profundidade é um recurso metodológico que busca, com base em teorias e pressupostos definidos pelo investigador, recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações que se deseja conhecer. Desta maneira, como na análise de Severino (2010, p.23) sobre pesquisa qualitativa, os dados não são apenas colhidos, mas também resultado de interpretação e reconstrução pelo pesquisador, em diálogo inteligente e crítico com a realidade. Nesse percurso de descobertas, as perguntas permitem explorar um assunto ou aprofundá-lo, descrever processos e fluxos, compreender o passado, analisar, discutir e fazer perspectiva. Possibilitam ainda identificar problemas, micro - interações, padrões e detalhes, obter juízos de valor e interpretações, caracterizar a riqueza de um tema e explicar fenômenos de abrangência limitada.

Para os grupos focais ou de discussão, as pessoas foram convidadas para um debate temático realizado na igreja adventista do 7º dia, sita na zona de reassentamento dos desalojados. As entrevistas em grupo atraíram outras pessoas que queriam ouvir, embora não participaram, apenas observaram.

Realizou-se a análise de conteúdo da narrativa para a interpretação dos elementos recolhidos com a entrevista e sua posterior transcrição. Essa técnica permite a “verificação de hipóteses e/ ou questões” e a descoberta do que está por detrás dos conteúdos manifestos (Minayo, 2002 p. 74).

A autora indica que a apreciação dos conteúdos expressos permite também encontrar respostas ao problema de pesquisa e hipóteses e, ainda, possibilita o encontro de características subjetivas à história do indivíduo.

Capítulo IV – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Os resultados da pesquisa foram organizados a partir da transcrição da narrativa verbal dos sujeitos em relação ao desalojamento, realojamento e integração social, de acordo as entrevistas realizadas. Realizou-se a análise de conteúdo da narrativa para a interpretação dos elementos recolhidos com a entrevista e sua posterior transcrição. Partindo deste pressuposto, torna-se importante esclarecer que na análise e discussão dos resultados, não se pretende generalizar os resultados obtidos, mais sim compreender o processo de desalojamento, realojamento e integração social das famílias no zango.

Na análise de conteúdo, destacamos quatro indicadores descritos e analisados: a) Desalojamento -Trajetória - Ilha e zango; b) Assentamento/Realojamento; c) Integração social e Estratégia de sobrevivência no Zango – Formas de organização e intervenção e d) Expectativa e atitudes face ao realojamento.

1. Desalojamento – Trajetória Ilha – Zango

O desalojamento foi o primeiro indicador analisado. Neste aspeto, quando questionados sobre a forma como correu o desalojamento, os entrevistados foram unânimes em afirmar que não houve uma boa coordenação e nem tão pouco existiu um plano de reassentamento por parte do GPL, como podemos depreender nas seguintes expressões: *“Quando a policia e os homens da Administração chegaram, nem nos deram muito tempo... disseram pegam nas vossas coisas e sobem no caminhão” Eu naquela altura estava com óbito na minha casa, sai daí com meu morto até no Zango, em cima do caminhão e com chuva (choro) ...!* [Excerto da narrativa E8, Domingas, 50 anos]. *“Eu nasci e cresci na Ilha, toda minha juventude me passou lá, os meus primeiros filhos também nasceram lá (...), a casa era minha, construí com meu suor (...), a administração não nos falou que iríamos sair, apenas por causa das calemas que tinham atingidos sete (7) casas, estes podiam ir no zango! Agora eu tinha ido no meu trabalho, a minha filha me liga, mama...mama, vem rápido, stao a partir a nossa! (..) não tirei nada, tudo partiu lá dentro de casa. Porquê meu Deus!!! (choro).* [Excerto da narrativa E1, Vicencia, 41 anos]. *“Anos atrs o governo tinha nos cadastrado para nos tirar daqui e nos levar no Zango, porque podiam construir uma estrada no bairro onde vivíamos, mas nunca mais tinha se falado naquilo. Agora como tinha surgido calemas e algumas casas foram afectadas, o GPL aproveitou e retirou o bairro completo, olha que eramos cerca de 5.000 pessoas, entre adultos e crianças (...) não nos comunicaram que iríamos sair, só assustamos já, carros da policia, FAA, caminhões e ainda por cima aquelas maquinas grandes para destruir as nossas casas.* [Excerto da narrativa E4, Bernardo, 55 anos].



Figura 4.1. Mapa de Luanda –Ilha/zango (Angolaretail)

O Banco Mundial (2004) considera que os Projetos de desenvolvimento que deslocam gente involuntariamente geralmente causam graves problemas económicos, sociais e ambientais; No âmbito da sua Política Operacional estabelece mecanismos a seguir, quando não for possível evitar o reassentamento involuntário, tais como: Informar as pessoas afetadas sobre as suas opções e direitos relacionados ao reassentamento; Consulta sobre o respetivo reassentamento, oferecendo opções e providas com alternativas para o reassentamento que sejam técnica e economicamente viáveis. A Constituição Angolana no seu artigo 30º, considera que “o Estado respeita e protege a vida da pessoa humana, que é inviolável”. O nº2 do artigo 37º considera que o “Estado respeita e protege a propriedade e demais direitos reais das pessoas singulares, coletivas e das comunidades locais, só sendo permitida a requisição civil temporária e a expropriação por utilidade pública, mediante justa e pronta indemnização, nos termos da Constituição e da lei.”

A amnistia internacional (2007) no seu relatório sobre desocupação forçada e Insegurança da Posse da Terra para os Pobres da Cidade de Luanda, considera que os desalojamentos em Luanda ocorrem com excessiva pressão policial e fora das normas estabelecidas, quer internacional, quer nacional.

Conforme os extratos das entrevistas, podemos depreender que o processo do desalojamento da Ilha de Luanda, não cumpriu com o estipulado na constituição, nem teve em conta as demais normas e diretrizes internacionais sobre o desalojamento e reassentamento de pessoas involuntárias.

2. Assentamento/Realojamento

O segundo eixo de análise foi o assentamento ou realojamento. Quando questionado, se de que forma, foram acolhidos na nova área e se as medidas de seguranças das famílias

estavam salvaguardadas, os entrevistados responderam: “ O processo de transferências das famílias desalojadas da Ilha para o Zango, decorreu entre os dias 17-22 de Abril de 2009, foram cinco dias de inferno para as famílias” (...) “ Quando chegamos na zona de reassentamento, huuummm (...), não tinha ninguém para nos receber, encontramos algumas pessoas em tendas, não sei se vieram de onde, são os infiltrados, que também queriam casa, dormimos no ar livre, depois caiu uma grande chuva, algumas pessoas que trouxeram umas coisas, tudo stragou na chuva, só Deus! [Excerto da narrativa E5, Joana, 38 anos]. “Quando chegamos no Zango, nos mandaram descer e o caminhão levantou a carçoria, deitou todas as coisas no chão, televisor, arca, armário, cama, tudo xtragou! Só fiquei mesmo como colchão. [Excerto da narrativa E7, Mateus, 52 anos].(...) “ Ninguém nos recebeu, aqui era cada um por si, só mais tarde depois de três e porque os jovens barraram as duas ruas, nenhuma viatura passava, so assim é veio o pessoal do MINARS de Viana e nos deu Tendas (...), olha que numa tenda estavam sete a oito famílias, só para veres, cada um seu habitol! Isso é viver? [Excerto da narrativa E3, Paulo, 44 anos].

“O governo depois nos deu chapas e fizemos as nossas casas (..) estão ai, uma pessoa que tinha casa dele, com agua, luz, pra viver nestas condições”



Figura 4.2. Residência partilhado por três famílias desalojadas da Ilha – Zango1 (Francisco Pedro)

Cernea (1999:9) apud Pedro (2011, p. 7), considera que um dos riscos do reassentamento é a perda de habitação – embora para a maioria dos reassentados esta perda é temporária pois são assentados noutras locais, o risco pode tornar-se crónico para alguns segmentos mais vulneráveis que possam não estar englobados nos planos de reassentamento, como é o caso dos desalojados da Ilha.

3. Integração social e Estratégia de sobrevivência no Zango – Formas de organização e intervenção

A integração social e estratégia vida, foi o terceiro eixo de análise. Neste partir, os entrevistados consideram que não estão integrados, por quanto não beneficiam dos serviços sociais básicos. Na comunidade como podemos observar e confirmado, não existe escolas, hospitais ou centro de saúde, água potável, energia e outros serviços.

“Nós aqui estamos mal, não temos escolas, nem hospital, nada... nada mesmo. A única coisa que temos, é apenas esquadra policial, só para veres, na ilha onde saímos, tínhamos tudo isso” [Excerto da narrativa E7, Mateus, 52 anos]. Outro entrevistado afirma: *“A nossa comunidade aqui esta mal, sem escolas, nem hospital, os nossos jovens meteram-se na droga, prostituição, vão fazer o que? Não há emprego, vê só, eu e alguns vizinhos, estamos apenas aqui no final de semana, porque de segunda a sexta vamos ao mar, pescamos, vendemos lá na ilha o pescado e trazemos o dinheiro para família” [Excerto da narrativa E3, Gomes 40 anos];* *“para o fogareiro não apagar, montamos uma recauchutagem e reparamos pneus das viaturas e motorizadas” [Excerto da narrativa E9, João, 43 anos].*



Figura 4.3. Recauchotagem – Fonte de sustento de famílias desalojadas (Francisco Pedro)



Figura 4.4. Casa de Lubrificante – Fonte de sustento de famílias desalojadas (Francisco Pedro)

David Lockwood (1992) considera que estamos diante de integração social, quando queremos descrever o processo em que o indivíduo quer por sua própria iniciativa, quer por iniciativa do grupo social que o recebe, é condicionado, educado ou habilitado para tomar parte no todo social. A integração social, remete-nos a uma abordagem sobre as políticas de combate a pobreza e à exclusão social que é «o processo que caracteriza a passagem das pessoas, famílias ou grupos das situações de exclusão para as de participação social e cidadania e, por outro lado, as instituições a oferecerem a essas pessoas, famílias e grupos oportunidades de iniciar esses processos, disponibilizando-lhes os meios, dando-lhes apoio.» (CIES/I&D, 1998:9; Capucha, 1998). Conforme o relato dos entrevistados, podemos depreender que não houve processo de integração social, por quanto as pessoas estão limitadas no acesso aos serviços sociais básicos (escolas, água, saúde, energia, emprego e lazer), verifica-se sim, uma exclusão social. A comunidade não participa nos processos sociais de tomada de decisão sobre as suas vidas. Outrossim, verifica-se a perda do desemprego resultante do reassentamento e que tende a estender-se para lá deste processo, assim como a marginalização, pois as famílias perderam o poder económico. Como forma de organização, a comunidade esta estruturada em quatro quarteirões, sendo que cada um é liderado por um coordenador. Apar disso existe um coordenador geral que tem a missão de estabelecer contacto com os demais coordenadores e representar a comunidade juntos dos órgãos do estado, no processo de atribuição de residências. Residem na comunidade 3.781 (Três Mil Setecentos e Oitenta e uma pessoa), sendo que 340 são adultos.

4. Expectativa e atitudes face ao realojamento

A pobreza e a concentração humana em espaços territorialmente limitados são questões que têm desafiado tanto o poder público, como o privado, no que concerne à distribuição do espaço, urbano ou rural, sendo cada vez mais evidente a relação entre desigualdade de distribuição do espaço territorial e desigualdade social e económica das pessoas que o disputam. É com esta visão que se lança expectativa e atitude das famílias, face ao realojamento.

Apesar do stress e traumas relacionados com o desalojamento forçados, incluindo padrões emergentes de fragmentação social, os desalojados ainda acreditam no amanhã. Acreditam que o atual executivo poderá olhar pela sua situação e receberem a indemnização de que tem direito, depois de uma longa vivência em casas de chapas (9 anos). *“(..) com o novo governo vamos esperar que nos olhe, já esteve cá o novo administrador municipal, falou connosco e stamos aguardar”.*

“ A semana passada ouvimos que vão nos dar terreno na zona do Sequele⁸ em Cacuaco, mas eu que tinha minha casa, vão me dar terrenos? Já não tenho forças para trabalhar como vou construir”?

Para além das expectativas e oportunidades a serem criadas, verificou-se que o desalojamento e realojamento não se realizaram dentro do quadro e normas nacionais e internacionais; não se estabeleceu diálogo com as famílias e nem tão pouco foram estudadas alternativas tendo em conta as diferentes actividades económica das famílias. Outrossim, os desalojados no âmbito do reassentamento, estavam exposta a insegurança ao risco nos seus variados domínios.

⁸ Novo bairro do Município de Cacuaco

CONCLUSÕES

Este trabalho procurou estudar o processo de integração social das famílias desalojadas da Ilha de Luanda e transferidas para o Distrito do Zango, município de Viana no período de 2009 a 2012, tendo procurado perceber de que forma decorreu o processo de desalojamento e realojamento das famílias da Ilha de Luanda, distrito da Ingombota, se o desalojamento teve em conta as normas internacionais do PIDESC (Pacto Internacional dos Direitos Económicos, sociais e Culturais) e se estabeleceu-se um diálogo com as famílias desalojadas e estudadas alternativas, tendo em conta as suas atividades económicas.

O reassentamento é, antes de mais um processo, em que as pessoas são forçadas a deixarem o seu espaço ou território familiar, sem qualquer participação no processo de tomada de decisão. Em nome do desenvolvimento estas pessoas são expulsas das suas terras e privadas das suas redes sociais, das suas práticas e ambientes que os caracterizam e transportados para pequenos aglomerados, onde são obrigados a adaptar-se a um modo de vida fora do que é habitual.

Refletindo os vários eixos escolhidos para o estudo, podemos constatar que o desalojamento e o realojamento das famílias da ilha, em termos legais não obedeceram a estratégia, Normas e Pactos Internacionais, bem como Leis, Diplomas e Decretos, a nível nacional, pois que as famílias não foram informadas sobre o desalojamento e nem tão pouco sabiam a área de destino; as famílias não lhe foram dadas a possibilidade de retirarem os seus haveres, devido a celeridade com que decorreu o processo;

O impacto do reassentamento é vivido diariamente pelas famílias, a grande maioria das famílias considera que houve um recuo nas suas vidas. Os rendimentos pioraram após vinda para a localidade reassentada (Zango), tudo porque as pessoas deixaram de trabalhar devido a distância, os negócios faliram; a quase totalidade das famílias reassentadas mudou de atividade profissional;

Verifica-se também um recuo nas questões de habitabilidade, destruíram-se casas com certo valor imobiliária e não houve compensação, portanto as famílias residem em casotas de chapas sem espaços para o número de membro de famílias; Não existem infraestruturas sociais (Escolas, hospitais, campo desportivo), as famílias recorrem aos caminhões cisternas para obtenção da água; as crianças e jovens não têm um espaço de lazer e o saneamento básico é precário

Concluimos neste estudo, que as famílias desalojadas vivem sob risco generalizado em vários domínios sociais, pois não que, não há programas, estratégias e diretrizes de ação por parte dos órgãos governamentais que priorize essas famílias. Associado a isto,

esta a fraca capacidade do Estado na reconstrução dos meios de vida dos desalojados. O contexto das famílias reassentadas exige medidas especiais de proteção social, contra o maior empobrecimento das pessoas já em “risco”. As medidas de mitigação de risco e restauração dos meios de vida, até aqui apresentada pelo governo, não são compatíveis com o impacto do reassentamento. Não há um programa de monitoramento e avaliação sobre os riscos de reassento. Portanto deve-se olhar mais e valorizar a dignidade da pessoa humana.

Com este estudo foi possível perceber o processo de integração social das famílias desalojadas da Ilha de Luanda, reassentadas no distrito do Zango, município de Viana. Revelou-se de extrema importância para uma análise mais exaustiva das políticas públicas de habitação e a sua materialização mais alargada e aprofundada em outros contextos.

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, João Ferreira (1993), *Integração Social e exclusão social: algumas questões*. Análise Social, Lisboa, v. XXXVIII, n123-124
- BANCO MUNDIAL (2004), Manual de Políticas Operacionais;
- Barry, Brian (1998) *Social exclusion, social isolation and the distribution of income*. Centre for Analysis of Social Exclusion – Case, Londres.
- Carvalho, Paulo (2015) - *Exclusão Social em Angola: O caso dos Deficientes físicos de Luanda*, Edições Mulemba.
- Cerenea, Michael (1999), *The Economics of Involuntary Resettlement – Questions and challenges*, Washington, DC: The World Bank, apud Pedro (2011) *Reassentamento Forçado: dos Impactos às Oportunidades*, Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Lisboa, Departamento da Economia Política.
- Correia, Ana Maria; MESQUITA, Anabela (2014), *Mestrados e Doutoramentos - Estratégias para a elaboração de trabalhos científicos: o desafio da excelência*, 2ª edição, Porto
- Demo, Pedro (2001), *Pesquisa e informação qualitativa: aportes metodológicos*. Campinas: Papyrus.
- Fernandes, Ana Catarina (2015), *O Desalojamento e Qualidade de Vida – O Caso de Monte Espinho, Leça da Palmeira*, Dissertação de Mestrado em Risco, Cidades e Ordenamento do Território, Porto, Faculdade de letras.
- Ferreira, Jorge (2014) et al. *Serviço Social, Teoria e Prática - atendimento e Acompanhamento Integrado: Uma prática do Serviço Social*
- Freitas. R.C (1994), *Famílias e Serviço Social – Algumas reflexões para o debate*. Rio de Janeiro, editora Lumen Juris.
- Guerra, Isabel Carvalho (2006), *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo. Sentido e formas de uso*, Estoril, Principia Editora, apud Matos, Madalena : *Cidades, Comunidades e Territórios*, nº 12/13
- Hunter, B.H. (2000), *Social exclusion social capital, and indigenous Australian: measuring the social cost of unemployment*, Centre for Aboriginal Economic Policy Research.
- Imbanba, José Manuel (2003): *Uma Nova Cultura para Mulheres e Homens Novos – um projecto Filosófico para Angola do 3º Milénio à Luz da Filosofia de Baptista Mondin*. Edições Paulinas.
- Lilly, S., Kemp, D. and Sturnman k, (2015). *Mining, Resettlement and lost livelihoods; listening to the voices of resettled communities in Mualadzi, Mozambique*. Oxfam Melbourne.

Lockwood, David (1992), *Solidarity and Schism: the problem of disorder in Durkheimian and Marxist sociology*.
New York: Oxford University Press.

Minayo, Maria Cecília de Sousa *et al* (2002) (Org), *Pesquisa Social – Teoria, Método e Criatividade*, Petropolis,
Editora Voze (21ª edição)

Portas, Nuno: Breves comentários ao debate sobre PER. In: *Sociedade e Território*, nº 21, Afrontamento, Lisboa.

Severino, António José (2010): *Metodologia do Trabalho Científico*, S. Paulo, Cortez, 23ª edição.

Vidal, Nuno e Andrade, Justino Pinto (2014) (Org), *Relatório do Iº Fórum Nacional de Habitação*, Luanda,
Firmamento & Media XXI. SOS Habit Angola.

VILELAS, José (2009): *Investigação - O processo de construção do conhecimento*, 1ª edição, Lisboa.

Wet, Raoul (2008), “ De-Growth for Earth Survival”, comunicação apresentada na First International
Conference on De- Growth for Ecological Sustainability and Social Equity, 18 e 19 de Abril de 2008, Pais
apud Pedro (2011) *Reassentamento Forçado: dos Impactos às Oportunidades*, Dissertação de Mestrado em
Desenvolvimento, Lisboa, Departamento da Economia Política.

FONTES

República de Angola (2010) – Constituição

República de Angola (2006), Lei nº 2/06 – Lei do Ordenamento do Território e Urbanismo

República de Angola (01), Decreto nº1/01 – Aprova as normas sobre o reassentamento das populações deslocadas

República de Angola (2004), Regulamento 04/05 – estabelece regras e princípios básicos sobre o processo de reassentamento resultante de actividades públicas e privadas

República de Angola (2006), Resolução nº 60/06, Política do Governo para o Fomento Habitacional

República de Angola (2014), Instituto Nacional de Estatística – Senso populacional

República de Angola (2013), Plano de Desenvolvimento Provincial de Luanda

ANEXOS

A. Guião de Entrevista

Eu, _____, aluno de _____ no ISCTE – IUL encontro-me a realizar uma pesquisa sobre o tema “_____”, sob orientação de _____ e coorientação de _____. O trabalho tem por objetivos: _____.

Assim, solicito a vossa colaboração e disponibilização na realização da entrevista, de forma, a concretizar este trabalho de pesquisa, assegurando o anonimato e confidencialidade das informações recolhidas.

Cod: _____

I. Caracterização Socio – Demográfica

1.1. Idade _____ anos

1.2. Sexo _____

2. Situação de Facto

2.1. Casado/a ou em Marital

2.2. Solteiro/a

2.3. Viúvo/a

2.4. Divorciado/a

3. Habilitações Literárias

3.1. Sem escolaridade

3.2. Ensino Primário

3.3. Iº Ciclo

3.4. IIº Ciclo

3.5. Curso Superior

4. Ocupação Social

4.1. Desempregado/a

4.2. Reformado/a

4.3. Zungueira

4.4. Pescador

4.5. Comerciante

4.6. Funcionário Público

II. Questões sobre desalojamento, alojamento/reassentamento e Integração

Eixo de Análise

Desalojamento; alojamento; integração social

Objectivo

- ❖ Analisar de que forma ocorreu o desalojamento e transferência das populações da Ilha de Luanda, distrito das Ingombotas para a comuna do Zango, município de Viana

Questões

1. Há quanto tempo vivia na Ilha de Luanda?

2. A residência é era sua?
3. Como tomou conhecimento do desalojamento?
4. Quem são as entidades responsáveis pelo desalojamento das famílias na Ilha de Luanda?
5. Qual foi o motivo do desalojamento forçado?
6. Houve a possibilidade de negociações entre as famílias afectadas e a entidade responsável pelas demolições?
7. No acto das demolições, vos foi dado a possibilidade de retirarem os vossos bens?
8. Houve uso da força para que pudesse abandonar o local?

Eixo de análise

Transferências de famílias

Objectivo

- ❖ Estudar as diferentes etapas da transferência das famílias desalojadas da ilha para o Zango

Questões

1. Como foi organizado o processo de desalojamento das famílias?
2. Em quantas etapas ocorreu o desalojamento e como eram seleccionadas as famílias?
3. Que meios foram utilizados no transporte das famílias e dos bens?

Eixo de análise

Reassentamento das famílias desalojadas

- ❖ Analisar o processo de instalação e alojamento das famílias desalojadas, assim como a política de indenização por desalojamento

Questões

1. Quantos membros têm a sua família?
2. Como foram organizados e alojados na área de reassentamento?
3. Quem vos acolheu?
4. O que recebeu como compensação depois da demolição de sua casa?
5. Como foram acolhidos na nova área?
6. Foram salvaguardadas as medidas de seguranças no alojamento das famílias.

Eixo de análise

Integração social

- ❖ Perceber os processos de integração das famílias desalojadas e seus processos de realojamento em novas áreas.

Questões

1. Actividade laboral

Mudou de actividade profissional após o desalojamento?

Os rendimentos da família melhoraram após a vinda para a localidade do zango?

Que meio utilizava para ir a sua actividade laboral e o que utiliza agora?

2. Habitabilidade

Qual era o tipo de casa anterior e qual é o actual? Melhorou algo em sua vida?

Quais eram os materiais de construção da casa anterior e quais são da actual casa?

Quais eram os espaços (compartimento) que anterior casa tinha e quais são da actual em termos de estrutura?

A sua casa tem espaço suficiente para o número de pessoas da sua família?

3. Fontes de Abastecimento de água e energia?

4. Quais eram as fontes de abastecimento de água na Ilha e quais são as fontes actuais? Quais as Infra-estruturas sociais anteriores e quais as actuais no Zango

Escolas, hospitais, órgãos públicos, locais de lazer, igrejas.

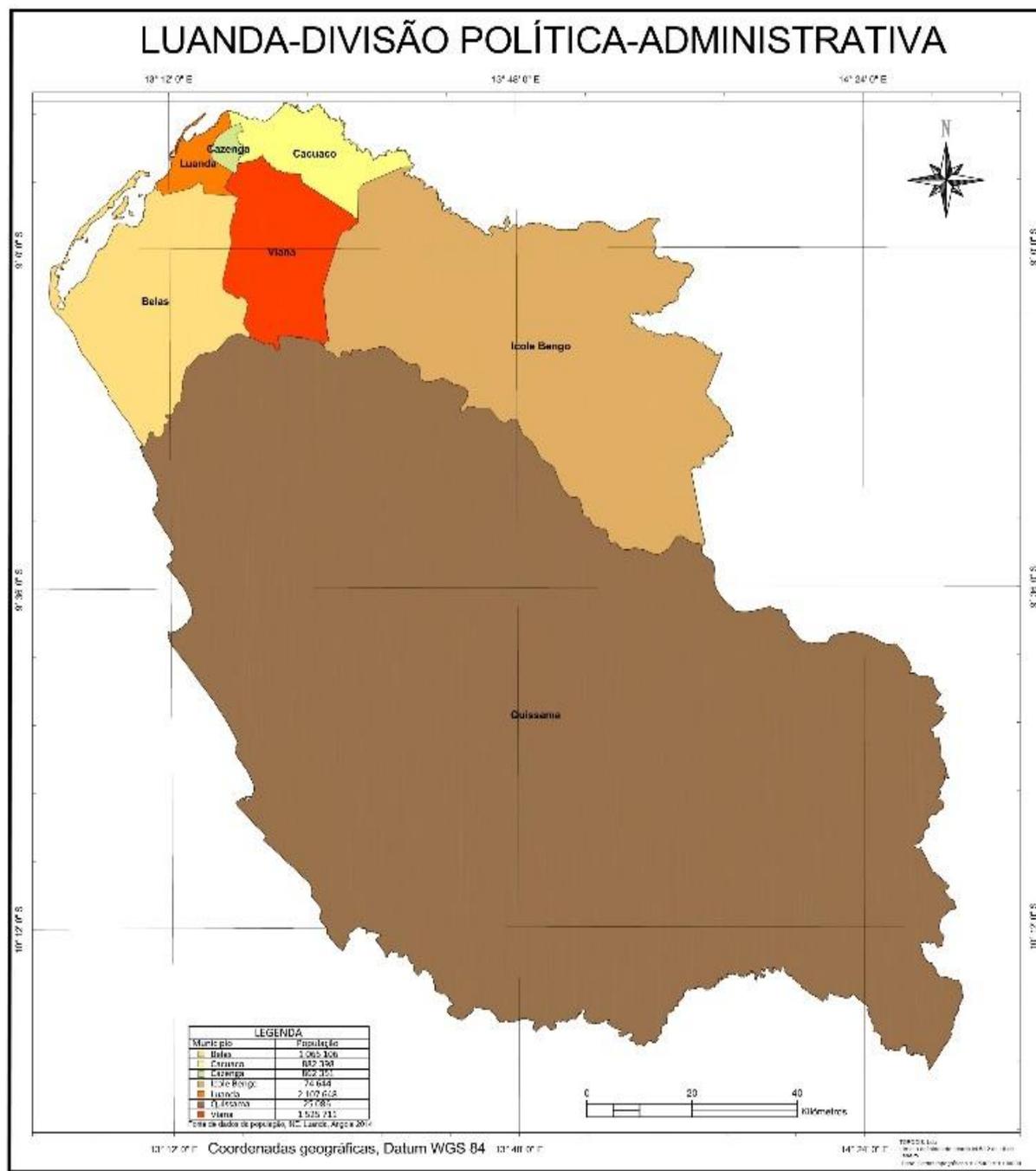
5. Como avalia a sua vida anterior e actual.
6. Acha que viver no Zango alterou a sua situação de vida e da sua família? Como?
7. O que gostaria de ver melhorado?

Muito Obrigado pela sua colaboração

B. Fotos de casas actuais dos desalojados



C. Mapa Administrativo de Luanda



D. GRELHA DE ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS

Categoria	Sub-Categoria	Cod	Discurso do entrevistado
Caracterização sócio – demográfica	Situação de facto	S1. Solteira S2 Solteiro S3 Marital - <i>moro com a minha mulher e meus filhos</i> S4 Marital - <i>vivo com mulher e netos (..) os filhos já foram mbora!</i> S5 Solteira – <i>marido me deixou, estou com os filhos só (..)</i> S6 Marital – <i>Stou com marido e filhos.</i> S7 Casado S8 Marital S9 Marital S10 Viúva S11 Solteiro S12 Marital	
	Habilitações literárias	S1 <i>Estudei apenas até o ensino secundário</i> S2 <i>Conclui a 12ª classe</i> S3 <i>Tenho a 11ª classe concluída</i> S4 <i>Ate ao momento stou com a 12ª classe</i> S5 <i>Parei na 11ª classe</i> S6 <i>Eu não estudei nada, (...) fiquei na 1ª classe</i> S7 <i>Terminei a 11ª classe do PUNIV – ensino pré universitário</i> S8 <i>Sem escolaridade</i> S9 <i>Ensino primário</i> S10 <i>Estudei até a 11ª classe</i> S11 <i>Tenho a 12ª classe feita, não mais longe por causa de condições (..)</i> S12 <i>Ensino primário</i>	
		S1 <i>Faço negócio de gelado de múcua, vendo cerveja fresca e gasosa (..) as vezes pão (..) um pouco daquilo que fazia na Ilha, mas aqui é só mesmo pra o fogareiro não apagar. Também coordeno o nosso sector aqui, sou a responsável.</i> S2 <i>(..) Sou professor de profissão, aqui como não temos escolas, criei um espacito para dar explicações às crianças para não ficarem assim, sem</i>	

	<p>Ocupação Social</p>	<p><i>saber ler e escrever. As mamãs as vezes colaboram com alguma coisa, mas que nem chega pra nada. Elas também não têm. Huumm (..) o que esse governo nos fez !!!</i></p> <p>S3 <i>Como vê, trabalho aqui! Montei esta pequena oficina dentro do bairro so pra pegar qualquer coisa, se não vou dar que nos filhos? Assim já, quando um candongueiro quer um trabalho rápido e na hora, lhe atendemos.</i></p> <p>S4 <i>Meu filho com essa idade vou mais aonde. Já não tenho forças para trabalhar, apenas coordeno todos os sectores, portanto sou coordenador geral. Quando vem há actividade do partido, eu mobilizo o povo. Se morrer alguém, procuramos tratar de tudo ate o enterro (..)</i></p> <p>S5 <i>Faço meus negócios aqui mesmo na minha barraca (..) vendo tomate, folhas de batata doce, quiabos, fuba e cebola. Isto é só para as crianças não passarem fome. Anteriormente eu não passava por isso, porque tinha minha chata.</i></p> <p>S6 <i>Vendo alguns produtos que compro nos armazéns do Zango 2, quase que não tenho ganho nenhum (...) vai as passagens do candongueiro, roboteiro, não ganho nada. As vezes o dinheiro mãe morre e tenho que pedir auxílio aos familiares.</i></p> <p>S7 <i>Apenas o meu trabalho é zunga. Ai vendo de tudo um pouco</i></p> <p>S8 <i>Huummm (..) não faço nada! Essa minha idade ainda dava para fazer alguma. Com essa doença que tenho (AVC), me fez perder as forças. La na Ilha uma pessoa tinha seu barco de madeira, haviam já senhoras que ocupavam todo barco e tínhamos sempre dinheiro. Em parte essa doença veio também por causa disso mesmo. Pessoa fica so assim a olhar a espera que outros trabalhem.</i></p> <p>S9 <i>Não trabalho como vê, fico mesmo aqui no bairro. Vou a aonde e fazer o que? Esses que nos tiraram da Ilha devíamos nos dar emprego (..) não se</i></p>
--	------------------------	---

		<p>S10 <i>Sou zungueira, vendo produtos no 1º de Maio ou mesmo na baía. Não é fácil, mas não tenho outra alternativa.</i></p> <p>S11 <i>Continuo na pesca, saio daqui com os meus rapazes às segunda-feiras e regressamos sábado de tarde, depois de toda venda. Temos a nossa tenda lá, assim que saímos do mar, descansamos e depois voltados para ver a rede. Continuamos com as nossas actividades.</i></p> <p>S12 <i>Sou homem do mar. Vivo da pesca para sustentar a minha família. Aqui no bate-chapa temos já um grupo organizado. Praticamente so vimos as nossas famílias aos sábados e domingos, de resto a vida é lá.</i></p>
Desalojamento, alojamento/reassentamento e Integração Social	Desalojamento	<p>S1 <i>Eu nasci e cresci na Ilha, toda minha juventude me passou lá, os meus primeiros filhos também nasceram lá (...), a casa era minha, construí com meu suor (...), a administração não nos falou que iríamos sair, apenas por causa das calemas que tinham atingidos sete (7) casas, estes podiam ir no zango! Agora eu tinha ido no meu trabalho, a minha filha me liga, mama...mama, vem rápido, stao a partir a nossa! (..) não tirei nada, tudo partiu lá dentro de casa. Porquê meu Deus!!!</i></p> <p>S2 <i>Recordo-me que antes de sermos retirados da Ilha, o Governo Provincial de Luanda, informou-nos que iríamos sair daí para o Zango. Isto não tinha ainda data e as pessoas, nem pensavam em sair. Agora devido as calemas que atingiram umas casas... umas seis o sete, não estou bem recordado, fomos todos retirados. Não fomos comunicados, não disseram como as coisas seriam e nem tão pouco o que iríamos receber como compensação. Olha por exemplo, fui proprietário de um colégio, estávamos com o ano lectivo a decorrer, mais partiram também o colégio, as crianças vieram para quem e ate hoje, estão aí. Muitos deles, são moços, nem profissão, vida é só beber e prostituir-se.</i></p> <p>S3 <i>Não sou natural da Ilha, mas vive lá 30 anos, tive a minha vida feita toda lá. A minha casa era grande e boa. Não fomos comunicados, sobre o desalojamento, eu nem sabia. No mesmo dia so os homens da</i></p>

		<p><i>Administração e Polícia, assim como as máquinas para destruir as e os caminhões onde fomos transportados.</i></p> <p>S4 <i>Como já lhe disse, sou coordenador aqui de todos os desalojados. No início do processo, nós sentamos como o GPL para vermos como poderia ser o desalojamento, já que eles diziam iriam necessitar da área. Fizemos o cadastramento de toda população do Sector Lelo da Ilha. Mas depois passou-se muito tempo e governo nada dizia a esse respeito. Uma noite chegou as calemas e afectou algumas casas. Esses são quem deveriam ir no Zango, porque estava previsto assim, mas infelizmente não aconteceu. Todos fomos surpreendidos com a presença da Governadora, naquela altura era a Sr. Francisca do Espírito Santo que orientou que toda a população deveria deixar aquela zona. E assim fomos. Já não houve negociações, ninguém sabia as condições em que iríamos ficar (...) enfim!</i></p> <p>S5 <i>Foi tudo muito rápido. Não deu tempo para nada! Aqui era só, senhora tira as coisas porque vamos partir a casa. Perdi quase tudo que consegui durante a minha vida (...), eu chorei a ver a minha casa a ser destruída pelo governo, esse governo que deveria nos proteger. Não sabia onde íamos, só nos disseram que era Zango e nada mais.</i></p> <p>S6 <i>Neste dia estava na salga (local onde salgam o peixe), vi muita agitação, pessoas a correrem de um lado ao outro, polícia a impedir com que nos aproximemos de casa (...), a final estavam nos tirar de casa. Não sabia de de nada porque ninguém nos informou, so já quando cheguei as vizinhas começar a dizer que vamos para o Zango.</i></p> <p>S7 <i>Não.. não, ninguém aqui sabia que iríamos ser desalojados, salvo aqueles que as suas casas tinha sido atingidas pelas calemas. Nós não tínhamos</i></p>
--	--	---

		<p><i>problemas. Só mais tarde, tomamos conhecimento que naquele local o governo iria fazer estrada e outras coisas. Tudo bem, mas que pelo menos que houvesse maior organização. Olha que muitos vizinhos morreram de choques (...) não aguentaram.</i></p> <p>S8 <i>Não fomos avisados sobre esta saída da Ilha. A casa era minha e nunca paguei renda. Nem já so, nos dizerem se vamos em que Zango, isso não aconteceu e ainda por destruíram as nossas casas com alguns haveres, sem eles pagarem.</i></p> <p>S9 <i>Anos atras o governo tinha nos cadastrado para nos tirar daqui e nos levar no Zango, porque podiam construir uma estrada no bairro onde vivíamos, mas nunca mais tinha se falado naquilo. Agora como tinha surgido calemas e algumas casas foram afectadas, o GPL aproveitou e retirou o bairro completo, olha que eramos cerca de 5.000 pessoas, entre adultos e crianças (...) não nos comunicaram que iriamos sair, só assustamos já, carros da polícia, FAA, caminhões e ainda por cima aquelas maquinas grandes para destruir as nossas casas.</i></p> <p>S10 <i>Eles apenas nos surpreenderam (...) se falar que alguém estava preparado para sair esta mentir. Ninguém nos avisou, essa gente é muito má. Conforme saímos da nossas, nem já animal. Vê só, pensávamos que iam nos por no Zango onde já tem casas, olha onde estamos.</i></p> <p>S11 <i>Não tive conhecimento de nada. Quando penso nisso (...)</i></p> <p>S12 <i>Quando a policia e os homens da Administração chegaram, nem nos deram muito tempo... disseram pegam nas vossas coisas e sobem no</i></p>
--	--	--

			<i>caminhão” Eu naquela altura estava com óbito na minha casa, sai dai com meu morto até no Zango, em cima do caminhão e com chuva (choro)</i>
	Alojamento/reassentamento	<p>S1 <i>Não vimos nenhuma equipa do governo para nos receber. Assim que chegamos, descemos e os caminhões em que fomos transportados, levantou a carroceria e deitava todos nossos haveres no chão. Cada caminhão transportava uma família. Perdi tudo (arca, geleira, tv, fogão, cama e outros bens) única coisa que fiquei com ele foi apenas um colchão e botija. Neste mesmo dia, caiu uma chuva... e nem havia lugar para nos albergar. Uma coisa que estava a esquecer, aqui encontramos muitos infiltrados que não eram desalojados da Ilha, já tinham tendas, os seus familiares trabalhavam no MINARS, esses já tinham tenda. Só no dia seguinte, depois dos moços montarem barricadas na estrada, trouxeram tendas e em cada tenda, eram colocados três a quatro famílias. Pais, mães, filhos, todos misturados. Aqui ate muitos casais se separaram (..)</i></p> <p>S2 <i>Fomos transportados como cabritos por cima de caminhões, esses ai que transportam pedras e burgau. Havia tanta confusão, pessoas que não eram da Ilha também se juntaram aqui, enfim! Depois as tendas não chegaram, tiveram que colocar numa tenda, três a quatro famílias, cada uma com seus hábitos... por vezes deixava-se comida ai, você só assustas comeram, vais falar como? Depois nos deram chapas e alguns paus para cada um fazer sua bate-chapa, como estas a ver.</i></p> <p>S3 <i>O governo, posso assim dizer nos atirou aqui. Naquela altura isso era mata, não havia essas casas ai (...), ninguém apareceu para nos dar satisfação, trouxeram seus familiares infiltrados para receberem as casas. Olha so, nem todos que estão aqui, vieram da Ilha, onde saíram? É essa confusão que fez com que ninguém recebesse casa, mesmo estando cadastrado. Posso dizer que ninguém nos recebeu. Era cada um por si. O pouco dinheiro que trazíamos acabou rápido so em aliementação. Se naquela altura nos dessem terrenos, cada um podia construir sua casa, porque tínhamos dinheiro e força (..)</i></p>	

		<p>S4 <i>É triste o que passamos e ainda stamos a passar. Naquela altura, cheguei aqui com a minha família transportado num caminhão (..), foi época de muita chuva, perdemos tudo, primeiro porque o camionista chegou, mandou descer e começou a levantar a basculante, ai mesmo nós a vemos as coisas a se partirem (...) muito mal! Ficamos em tendas muirto tempo e quando estivesse a chover, tudo ficava a boiar, enfim!</i></p> <p>S5 <i>Perdi dois familiares neste processo (..), chegamos e não encontramos nada, ta ver você sair de uma casa digna de viver para ficar numa area descampada? Depois de um tempo dera-nos tendas! Veio o MINARS e os homens do PHS (Programa de Habitação) não sei onde tiraram os dados, levaram algumas famílias e receberam casas lá no Zango3. Nós ficamos a espera. Afinal o numero já estava completo, porque eles deram algumas aos seus familiares e cada um ficou duas ou três e começaram a vender. Se forem fazer um estudo ai onde alguns vizinhos receberam casas, nem todos são ilheios. Houve má fé do governo. Agora estmos todos nesta situação. Muitos morreram sem terem casas e outros irão morrer, sem nunca verem as tais casas. É assim que o nosso governo funciona.</i></p> <p>S6 <i>Houve muita desorganização, as pessoas vieram para aqui sem saber onde iriam ficar. E depois outro problemas, os infiltrados, esses causaram muitos problemas às famílias aqui. Por causas deles e com a colaboração dos homens do governo muita gente não recebeu casas. Algumas famílias, que foram nossos vizinhos na Ilha receberam casas no Zango 3 e nós não, vê até o coordenador ficou sem casa. Afinal quem recebeu as nossas casas?</i></p> <p>S7 <i>Fomos colocados aqui, sem nenhum responsável do governo para nos dar orientações. So depois de alguns dias é que eles apareceram porque os jovens daqui colocaram pneus na estrada, nenhum carro passava. Dai nos deram tendas e prometerem dar casas. Passado pouco tempo algumas famílias receberam casas e nós mandaram esperar porque não chegou.</i></p>
--	--	--

			<p><i>Mas se o governo sabia quantas famílias iriam desalojar como é que uns beneficiam e outros não?.</i></p>
		S8	<p><i>Tudo foi mal feito, nunca o governo deveria tirar pessoas de suas casas para lhes atirar aqui. Eu não vi e fico sem compreender a necessidade urgente que houve para nos tirarem. Chegamos, sem orientações nenhuma e cada a sua sorte.</i></p>
		S9	<p><i>Até falar sobre isso só me da dor! Não vi o que estado fez pra nós. Colocou-nos numa desgraça. Tirar pessoa de sua casa para lhe por aqui?</i></p>
		S10	<p><i>Ninguém nos recebeu, aqui era cada um por si, só mais tarde depois de três e porque os jovens barraram as duas ruas, nenhuma viatura passava, so assim é veio o pessoal do MINARS de Viana e nos deu Tendas (...), olha que numa tenda estavam sete a oito famílias, só para veres, cada um seu habito! Isso é viver</i></p>
		S11	<p><i>O processo de transferências das famílias desalojadas da Ilha para o Zango, decorreu entre os dias 17-22 de Abril de 2009, foram cinco dias de inferno para as famílias” (...) “ Quando chegamos na zona de reassentamento, huuummm (...), não tinha ninguém para nos receber, encontramos algumas pessoas em tendas, não sei se vieram de onde, são os infiltrados, que também queriam casa, dormimos no ar livre, depois caiu uma grande chuva, algumas pessoas que trouxeram umas coisas, tudo stragou na chuva, só Deus!</i></p>
		S12	<p><i>Quando chegamos no Zango, nos mandaram descer e o caminhão levantou a carçoria, deitou todas as coisas no chão, televisor, arca, armário, cama, tudo xtragou! Só fiquei mesmo como colchão. O governo depois nos deu chapas e fizemos as nossas casas (..) estão ai, uma pessoa que tinha casa dele, com agua, luz, pra viver nestas condições”</i></p>
		S1	<p><i>A nossa vida recuou muito, nunca esperava isso! Aqui não há escolas,</i></p>

	<p>Integração Social</p>	<p><i>centro de saúde, as crianças não tem campo para brincar, não há água, energia. Assim digo que vivo?</i></p> <p>S2 <i>A nossa comunidade aqui esta mal, sem escolas, nem hospital, os nossos jovens meteram-se na droga, prostituição, vão fazer o que? Não há emprego, vê só, eu e alguns vizinhos, estamos apenas aqui no final de semana, porque de segunda a sexta vamos ao mar, pescamos, vendemos lá na ilha o pescado e trazemos o dinheiro para família” [Excerto da narrativa</i></p> <p>S3 <i>Esses jovens que estão ai, quando viemos eram todos meninos, uns até bebem. Mas por falta de escolas e ocupação, muitos meteram-se no consumo de droga e venda, as meninas vida é prostituição por isso é que estas ver muitas criancinhas, e isso faz com que a polícia esteja sempre. Agora viver aqui, tornou-se perigoso.</i></p> <p>S4 <i>Falta tudo, não há emprego, uns preferem ir a pesca e passar lá toda semana e regressar aos finais de semana, outros é só beber, fumar (..) tudo aqui esta perdido, não há futuro.</i></p> <p>S5 <i>Nós aqui estamos mal, não temos escolas, nem hospital, nada... nada mesmo. A única coisa que temos, é apenas esquadra policial, só para veres, na ilha onde saímos, tínhamos tudo isso</i></p> <p>S6 <i>Para o fogareiro não apagar, montamos uma recauchutagem e reparamos pneus das viaturas e motorizadas.</i></p>
--	--------------------------	--

		<p>S7</p> <p>S8</p> <p>S9</p> <p>S10</p> <p>S11</p> <p>S12</p>	<p><i>Uns tentam fazer alguma, mas o grande problema aqui é mesmo emprego para a juventude, estão sem fazer nada. Como vão acabar com a delinquência.</i></p> <p><i>Onde saímos era melhor, Aqui a nossa vida piorou, mas piorou mesmo. Aqui as pessoas lutam para comer, não água, energia, escolas, estamos atirados.</i></p> <p><i>Olhando para o nosso passado, não temos comparação. Aqui não há vida.</i></p> <p><i>Aqueles que não tem uma barraca para vender ou pequeno negocio, vão mesmo a Ilha, como já conhecemos os clientes, ai vendemos.</i></p> <p><i>Com abertura de alguns supermercados, algumas pessoas entraram como guarda outros fazem mesmo pequenos trabalhos lá dentro. Aquele restaurante também admitiu alguns jovens.</i></p> <p><i>Não há emprego, escola. Os jovens estão perdidos. Nós os mais velhos com poucas forças, procuramos instruir a pesca a alguns jovens, mas nem todos aceitam, porque a vida do mar é duro. Aqueles que aceitam vão conosco ao mar e aprendem a pesca. Outros fazem mesmo a vida aqui, mas a maioria está metida em drogas, prostituição e outros males.</i></p>
		<p>S1.</p> <p>S2</p> <p>S3</p>	<p><i>Com esse novo governo, vamos ver o que poderão fazer por nós. Recentemente ouvimos que vão nos dar terreno para cada família construir sua casa, vamos esperar (..)</i></p> <p><i>Não creio muito que um dia esse sofrimento acabe! A vida está cada vez mais dura e governo nada faz para nós.</i></p> <p><i>Aguardamos que um dia que esse governo olhe para nós. Se estiver em vida tudo bem.</i></p>

	Expectativas face ao realojamento	<p>S4 <i>Talvez ainda este ano vamos para o município de Cacuaco, é lá onde disseram que teremos terreno para construção de casa. Mas nós que não trabalhamos, onde vai sair o dinheiro?</i></p> <p>S5 <i>Não sei (..) é só aguardarmos!</i></p> <p>S6 <i>Temos informações que vão nos dar terrenos para construção, penso ser qualquer coisa como não ter nada depois de tanto sofrimento.</i></p> <p>S7 <i>Aqui é só esperar. Por mim o governo é responsável pela nossa desgraça. Devia nos dar casas e não mais terreno.</i></p> <p>S8 <i>Tudo depende do Senhor. Vamos esperar</i></p> <p>S9 <i>Espero que nos tirem daqui e nos deem casa. E que haja emprego para a juventude, escola, hospital, energia e água.</i></p> <p>S10 <i>Penso que isso vai mudar. Um dia teremos o que nos foi tirado.</i></p> <p>S11 <i>Espero apenas que essa juventude que esta perdida tenha emprego e façam a sua vida. Porque casa, não sei se ainda teremos. Muita gente morreu sem ver a casa.</i></p> <p>S12 <i>Ainda acredito que alguma coisa vai mudar. Nada dura para sempre.</i></p>
--	-----------------------------------	--

